



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

Beatriz dos Santos Figueiredo

A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência

Florianópolis

2025

Beatriz dos Santos Figueiredo

A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Disciplina JOR6803 - Trabalho de Conclusão de Curso, professora Dra. Melina de la Barrera Ayres

Orientador(a): Prof.(a) Maria Terezinha da Silva, Dr.(a)

Florianópolis

2025

Figueiredo, Beatriz

A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência / Beatriz Figueiredo ; orientador, Terezinha Silva, 2025.

76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Violência contra as mulheres. 3. Machosfera. 4. Análise de cobertura jornalística. 5. Jornalismo e debate público. I. Silva, Terezinha. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. III. Título.

Beatriz dos Santos Figueiredo

A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado, em 05 de dezembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Maria Terezinha da Silva, Dr.(a)
Orientador/a

Prof.(a) Stefanie Carlan da Silveira, Dr.(a)
Instituição UFSC

Thais Araujo, Doutoranda do PPGJOR
Instituição UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo,

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Maria Terezinha da Silva, Dr.
Orientador/a

Insira neste espaço
a assinatura

Beatriz dos Santos Figueiredo
Autora do trabalho

Florianópolis, 2025.

Dedico este trabalho à minha prima Lazúli,
nunca deixe para trás o seu olhar curioso e
questionador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Sílvia por ter me criado com poesia.

Mãe, você me sonhou artista e me ensinou a linguagem, falada e escrita, cada conquista acadêmica minha é também mérito seu. Como você, sou escritora — eu sou prosa, e você é poesia.

Ao meu pai Elói, que me empurrou nas minhas primeiras ondas e sempre acreditou em mim.

Pai, você é o meu conselheiro, meu porto seguro e meu melhor amigo. Contigo aprendi a ler o mar com paciência e respeito — só assim é possível surfar e se entregar às suas imprevisibilidades.

Aos meus irmãos, Vinícius e Fillipe, que me ensinaram sobre parceria e lealdade.

Vini, você me lembra da minha coragem quando eu mesma esqueço que tenho. Obrigada por segurar minha mão nos momentos de medo e por me incentivar a surfar ondas cada vez maiores.

Fi, você me inspira a sonhar mais alto. Obrigada por ser meu cúmplice nas marés criativas e por me inspirar com sua sensibilidade e inquietação artística.

Nossa irmandade foi o meu primeiro laço de amizade verdadeira.

Aos meus avós paternos, Maria Jarlete e Manoel Ananias pelo incentivo na militância e na vida acadêmica, vocês me inspiram a ser eu mesma — artista, acadêmica e às vezes excêntrica, mas sempre guiada pelos meus próprios valores e ideais. E aos meus avós maternos, Maria Celeste e Milton Tomé, que me ensinaram a lutar pelos meus objetivos e que a vida também é uma grande escola. Obrigada por todo o acolhimento nas nossas tardes de café e conversas sobre a vida.

À minha tia Valeska pelas nossas inúmeras trocas sobre vida profissional, afetos e arte — obrigada por ter me ajudado a redescobrir a dança de uma forma mais leve. E à minha tia Gisela, pelos conselhos jornalísticos e momentos de descontração.

Um agradecimento especial à minha melhor amiga Nicole Lazzari pelas horas de conversa e risadas; e pela companhia em viagens e na vida boêmia, tua parceria foi essencial para a conclusão da minha pesquisa. E à Letícia Ito, minha irmã de coração, pela companhia nas aventuras pelo mundo, pelos nossos papos na mesa do café da manhã, pelas trocas sobre moda, surfe e fotografia; e por sempre me lembrar da minha essência.

Agradeço também aos meus amigos que estiveram me apoiando na minha trajetória acadêmica: Bruna Lapa, Giovanna Luz, João Gabriel Mohr, Joana de Paula, Patrícia Cancelier, Victor Lebarbenchon, Luiza Gomez, Carlos Sobral, Luísa Angelo, Helena Oliveira, Pedro Guerrazzi, Aybüke Dogmaz, Luiza Las Casas, Lucas Kury, Ana Souza e tantos outros que, de diferentes formas, estiveram presentes.

À minha orientadora Terezinha Silva pelo suporte no trabalho, e pelo acolhimento e incentivo nos meus momentos de insegurança. Aos professores Daiane Bertasso e Samuel Lima, pelas contribuições na elaboração do projeto. Ao meu analista Gabriel Bueno pela escuta em todo o processo e por me ajudar a elaborar os conflitos internos e atravessamentos que surgiram durante a pesquisa.

À Universidade Federal de Santa Catarina, gratuita e de qualidade, por ter sido espaço de aprendizado e encontros — onde me formei jornalista, pesquisadora e, sobretudo, uma pessoa mais crítica e sensível ao mundo.

“Liberdade é pouco. O que desejo ainda não tem nome.”

– Clarice Lispector (1943)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a cobertura jornalística da série *Adolescência*, lançada em março de 2025 e que teve ampla repercussão social e midiática ao retratar a história de um garoto de 13 anos preso pelo assassinato de uma colega de classe. O principal objetivo é compreender o tratamento jornalístico da série *Adolescência* em mídias com circulação nacional, buscando mais especificamente identificar se e em que medida a cobertura produziu conteúdos com potencial para estimular um debate público sobre o que é a machosfera e sobre o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres. A pesquisa fundamenta-se em discussões sobre gênero, violência contra mulheres e o fenômeno da machosfera, ecossistema on-line composto por comunidades masculinistas que propagam misoginia e discursos de ódio contra mulheres e outros grupos vulnerabilizados. O corpus da pesquisa é composto por 23 matérias jornalísticas publicadas entre março e maio de 2025 em meios de comunicação jornalística com circulação nacional, selecionadas via Google Notícias a partir do termo “série *Adolescência*”. Entre os principais resultados, observou-se que parte da cobertura contextualizou a série ao discutir a misoginia digital e a radicalização de adolescentes pela machosfera, e que a maioria das matérias tratou o fenômeno como um problema social, associado a questões de gênero, vulnerabilidades emocionais e à saúde mental de meninos. Algumas matérias abordaram o papel dos algoritmos e apresentaram a machosfera como parte de um ecossistema mais amplo de disputas por modelos de masculinidade. A análise revela que a cobertura produziu conteúdos com potencial para estimular o debate público sobre a machosfera e a misoginia digital, embora as explicações sobre o fenômeno tenham sido superficiais.

Palavras-chave: Jornalismo. Machosfera. Violência de Gênero. Discurso de ódio. Análise de Cobertura Jornalística.

ABSTRACT

The present undergraduate thesis examines the journalistic coverage of the series *Adolescence*, released in March 2025, which generated wide social and media repercussion by portraying the story of a 13-year-old boy arrested for the murder of a classmate. The main objective is to understand how the series was treated by national-circulation news media in Brazil, seeking more specifically to identify whether—and to what extent—the coverage produced content with the potential to stimulate public debate about what the manosphere is, as well as about the problem of misogyny and online violence against women. The research is grounded in discussions on gender, violence against women, and the phenomenon of the manosphere, an online ecosystem composed of masculinist communities that propagate misogyny and hate speech against women and other vulnerable groups.

The corpus of the research consists of 23 journalistic articles published between March and May 2025 in national-circulation news outlets, selected through Google News using the term “série Adolescência.” Among the main findings, it was observed that part of the coverage contextualized the series by discussing digital misogyny and the radicalization of adolescents within the manosphere, and that most articles treated the phenomenon as a social problem related to gender issues, emotional vulnerabilities, and the mental health of boys. Some articles addressed the role of algorithms and presented the manosphere as part of a broader ecosystem of disputes over models of masculinity. The analysis reveals that the coverage produced content with the potential to stimulate public debate on the manosphere and digital misogyny, although the explanations offered about the phenomenon were often superficial.

Keywords: Journalism. Manosphere. Gender-based Violence. Hate Speech. News Coverage Analysis.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Matérias publicadas nos veículos | 39 |
| Tabela 2 – Ênfases temáticas | 40 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 16 |
| 2. GÊNERO, VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E MASCULINIDADE | 19 |
| 2.1. Gênero | 19 |
| 2.2. Violência contra as mulheres | 21 |
| 2.3. Masculinidades | 26 |
| 3. MACHOSFERA E VIOLÊNCIA DIGITAL | 30 |
| 3.1 Jornalismo, redes sociais e o debate de problemas coletivos | 33 |
| 4. METODOLOGIA | 37 |
| 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO | 40 |
| 5.1 Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero | 40 |
| 5.2 Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar | 44 |
| 5.3 Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas | 48 |
| 6. CONCLUSÃO | 53 |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| APÊNDICE | 65 |
| ANEXO | 72 |

1. INTRODUÇÃO

O lançamento da série *Adolescência*, em 2025, provocou forte repercussão pública ao expor a radicalização juvenil em comunidades da machosfera e a misoginia digital que atravessa a formação das masculinidades contemporâneas. A série tornou-se pauta na mídia, estimulando discussões nas redes sociais digitais e/ou presenciais, ainda hoje lembradas em conversas cotidianas. Além disso, medidas institucionais foram tomadas em diversos países em relação à regulação das redes sociais para adolescentes após sua estreia, demonstrando o potencial do produto audiovisual para despertar discussões e mesmo a formulação de políticas públicas.

A série funcionou para popularizar termos e discussões pouco conhecidas de públicos mais amplos e pouco familiarizados com as questões de gênero, assim como catalisador para debates sobre misoginia, violência de gênero, masculinidades, discurso de ódio nos ambientes digitais, regulação das plataformas e controle do uso de telas por adolescentes. Diante desse cenário, o jornalismo ocupa um papel central na mediação dos debates públicos, especialmente por sua capacidade de constituir narrativas e de seu potencial para incorporar variados atores e interpretações que colaboram para a compreensão coletiva dos fenômenos e problemas públicos.

Portanto, no presente trabalho, trato da cobertura da série *Adolescência* como objeto de análise, com o objetivo de compreender o tratamento jornalístico dado ao produto audiovisual em mídias com circulação nacional. O estudo busca responder se e em que medida a cobertura jornalística produziu conteúdos com potencial para estimular um debate público sobre o que é a machosfera e sobre o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres.

A escolha da temática se deu a partir dos estudos e discussões do grupo de pesquisa Transverso (PPGJOR UFSC), do qual participei durante meu percurso acadêmico. O grupo Transverso tem tido uma trajetória de estudos sobre a cobertura jornalística relativa à violência contra mulheres, sobretudo feminicídios. Nos últimos dois anos também têm se dedicado — através de participação em projeto internacional coordenado pela Universidade Complutense de Madri, na Espanha — a analisar a atuação da machosfera nas redes sociais e sua reverberação na imprensa. Considero que o jornalismo tem um papel importante e um potencial para produzir uma discussão social a respeito deste tema, colaborando para ampliar

um conhecimento crítico dos públicos a este respeito. A série Adolescência também foi muito debatida na graduação em Psicologia, curso que frequento paralelamente ao de Jornalismo, o que possibilitou um olhar interdisciplinar para o produto audiovisual. Entendo que a Psicologia — e, em especial, a psicanálise, abordagem com a qual me identifico — carrega um histórico marcado pela produção de conhecimento sobre mulheres a partir de saberes predominantemente masculinos. Nesse sentido, estudar masculinidades, como mulher e pesquisadora, opera uma inversão significativa desses papéis historicamente impostos, permitindo examinar criticamente as estruturas simbólicas que organizam gênero, poder e violência.

Além disso, a temática foi escolhida por um atravessamento pessoal. Durante minha própria adolescência, participei de comunidades de jogos em que o discurso misógino sempre esteve muito presente. Com o passar dos anos, observei esse mesmo discurso ganhar força e visibilidade nas redes sociais, ocupando novos espaços e atingindo novos públicos. Esse percurso pessoal reforçou minha percepção sobre a necessidade de compreender como tais discursos circulam e encontram legitimidade na esfera pública — e de pensar de que modo o jornalismo pode atuar na mediação e no enfrentamento desse fenômeno.

Para dar conta do objetivo proposto, parto de uma fundamentação teórica que discute gênero, violência contra mulheres, masculinidades e machosfera, bem como a relação do jornalismo com o debate público — apresentados nos dois primeiros capítulos. Como método, analiso o conteúdo de um *corpus* composto por 23 matérias selecionadas conforme critérios pré-estabelecidos, detalhados no capítulo “*Metodologia*”. A partir da leitura deste material, as reportagens foram classificadas em três eixos temáticos: *educação*, *machosfera* e *uso de redes sociais por adolescentes*. A análise se orienta pelas seguintes questões: (1) se e como as matérias definem a machosfera ou a atuação de grupos masculinistas na internet e nas redes sociais; e (2) se e como abordam o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres.

A análise, apresentada no terceiro capítulo, permitiu identificar que, embora a cobertura explique o fenômeno da machosfera, persistem explicações superficiais que tendem a individualizar — e, por vezes, moralizar — o problema da atuação desses grupos masculinistas, da misoginia e da violência digital contra mulheres. Além disso, ainda há pouco debate sobre algoritmos, regulação, políticas públicas e relações de poder. Esses

elementos evidenciam lacunas importantes deixadas pelo jornalismo na cobertura do tema, apontando para a necessidade de abordagens jornalísticas com enfoques mais estruturais e menos centradas em soluções exclusivamente individuais.

Assim, na apresentação do estudo, este Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado em três capítulos. No primeiro, apresento os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa, recuperando debates sobre gênero, violência contra as mulheres e masculinidades. No segundo, contextualizo a machosfera como grupos que atuam no ecossistema digital, discutindo suas dinâmicas internas, discursos e manifestações de violência. Em seguida, descrevo a metodologia utilizada, detalhando o processo de seleção do *corpus* de matérias analisadas, os critérios de classificação e os eixos temáticos adotados na análise. O terceiro capítulo é dedicado à análise do corpus, cuja apresentação está organizada conforme as categorias *educação*, *machosfera* e *uso de redes sociais por adolescentes*. Por fim, na conclusão, retomo ao objetivo do estudo e aos principais resultados, discuto seus desdobramentos e avalio em que medida a cobertura jornalística da série *Adolescência* contribuiu para o debate público sobre machosfera, misoginia e violência online contra mulheres.

2. GÊNERO, VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E MASCULINIDADES

2.1. Gênero

Pensar sobre gênero é pensar uma das bases em que se estrutura a nossa sociedade. A identidade de gênero é moldada por processos sócio-culturais que determinam o que é esperado de meninos e meninas desde a infância. A discriminação entre homens e mulheres costuma ser justificada por atribuições de traços considerados inatos, decorrentes das distinções corporais entre homens e mulheres, e suas diferentes capacidades reprodutivas (Piscitelli, 2009).

De acordo com Adriana Piscitelli (2009, p. 124), apesar de no nascimento o indivíduo ser classificado de acordo com o seu sexo biológico, as maneiras de ser homem ou mulher são aprendizados culturais, variando de acordo com momento histórico, lugar e classe social. Para se referir a esse caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, utiliza-se o termo gênero.

A historiadora Joan Scott (1995) define gênero destacando duas dimensões: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Para entender sobre gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, é preciso pensar em alguns fenômenos presentes em nossa cultura. As representações simbólicas em cada cultura tem um impacto na construção subjetiva do indivíduo. Um exemplo utilizado pela autora é a representação de Eva e Maria como símbolos de mulher na tradição cristã ocidental. Esses símbolos já são interpretados e significados por conceitos normativos, limitando a possibilidade de metaforização.

Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas. (Scott, 1995, p. 86)

A identidade de gênero de um indivíduo é construída a partir do seu processo de subjetivação, o que inclui a socialização a partir de parentesco, mas também na economia e na organização política (Scott, 1995). Portanto, o gênero não é fixo, já que ele se constrói e se

modifica ao longo da história, mas também ao longo da própria vida do sujeito. Para a autora, romper com a noção fixa e binária de gênero é um dos desafios desse campo de estudo. Essa ideia também é defendida pelo pesquisador Alejandro Cervantes Carson:

A identidade de gênero não se resolve de uma só vez e para sempre. Como ocorre também com formações de outros campos sociais, a identidade se estrutura mediante um processo permanente e contínuo. Ela não é linear nem acumulativa, mas está sujeita a constantes transformações, constantes alterações de curso. Além disso, é preciso salientar que as rupturas e redefinições são parte substantiva do processo, devido à permanente tensão entre o exercício da vontade individual e as coerções econômicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas. (Carson, 1995, p. 212-213)

Pensar no gênero como uma construção não fixa permite refletir sobre mudanças na forma como se estrutura essa dominância. Carson (1995) parte de quatro consensos para discutir a dimensão social e sociológica da estruturação e renovação da identidade de gênero da mulher: (1) as mulheres compartilham uma situação opressiva na sociedade, manifestando-se em todos os planos de vida, com variações de formas e mecanismos de acordo com a esfera social na qual ocorre; (2) as desigualdades sociais entre o homem e a mulher são socialmente construídas; (3) a sociedade patriarcal e a cultura permanentemente legitima a condição social opressiva que as mulheres são submetidas, entretanto existem variações na forma de opressão sofrida dependendo da classe social que ela pertence e ao lugar que ocupa na estrutura desigual de oportunidades; e (4) a identidade de gênero das mulheres se baseia nos fatores de vivência comum e nas experiências simbólicas compartilhadas, existindo padrões inseridos no processo de estruturação da identidade de gênero que, embora se encontrem inevitavelmente afetados pelo fato das mulheres pertencerem a uma classe, independem dele.

Não podemos pensar em opressão de gênero sem levar em conta as opressões também relacionadas a outros marcadores, como classe, raça e deficiência. Esses marcadores sociais se entrelaçam e produzem experiências específicas de subordinação e desigualdade, que não podem ser reduzidas a um único eixo. Como observa Lourdes Bandeira (2014), as estruturas patriarcais se sustentam na articulação entre diferentes sistemas de poder, de modo que as condições de opressão vividas pelas mulheres variam conforme sua posição de classe e sua racialização. Assim, uma mulher negra de classe popular experimenta formas de violência e exclusão distintas daquelas vividas por uma mulher branca de classe média.

Voltando à Scott (1995), a segunda proposição da autora discute gênero e poder. Para ela, “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 88). Dessa forma, o poder se manifesta através do gênero por meio de mecanismos simbólicos, como a religião, a ciência, a mídia e a linguagem. O poder simbólico não age sozinho, ele atua legitimando e naturalizando o poder material, isto é, as desigualdades concretas de acesso a recursos, cargos, direitos e oportunidades. Assim, quando o discurso religioso restringe o sacerdócio apenas aos homens, por exemplo, essa legitimação simbólica sustenta a exclusão material das mulheres de espaços de decisão e autoridade. Do mesmo modo, quando a mídia reforça estereótipos femininos ligados ao cuidado e à domesticidade, cria-se a base para justificar a divisão desigual do trabalho, tanto no mercado quanto no ambiente doméstico.

Como observa Pierre Bourdieu (1998), o poder simbólico funciona porque é reconhecido como legítimo, e sua eficácia depende justamente de tornar invisível a sua dimensão de dominação. Pensar o gênero como campo primário de articulação do poder, portanto, significa compreender que a opressão de gênero não se dá apenas em termos econômicos ou políticos, mas também na esfera das representações, das narrativas e das normas sociais que estruturam o imaginário dos indivíduos, impactando na estrutura das relações pessoais e na esfera pública, e nas diferentes formas de violências contra mulheres nos vários espaços da vida social. É sobre este tema das violências que discuto na próxima seção.

2.2. Violência contra as mulheres

A naturalização das desigualdades de gênero produz efeitos concretos na vida das mulheres, convertendo estruturas simbólicas de poder em práticas de violência. Segundo Miriam Grossi (1994), no Brasil, a reivindicação dos direitos das mulheres pelo movimento feminista está fortemente atrelada à pesquisa acadêmica desde o início, nos anos 1970. Um dos casos que marcaram essa luta foi o assassinato da socialite Ângela Diniz. De acordo com reportagem de Bernardo (2023), publicada pela BBC News Brasil, em 30 de dezembro de 1976, Ângela, conhecida como “Pantera de Minas”, foi assassinada com quatro tiros por Doca Street, seu então namorado, em sua casa na Praia dos Ossos, em Búzios. O caso ganhou notoriedade nacional, principalmente pela estratégia de defesa de Doca, que alegou “legítima defesa da honra”. No julgamento, a conduta de Ângela era constantemente colocada em pauta:

ela foi retratada, pela defesa de Doca Street, como uma mulher fatal que o teria levado a uma reação violenta devido ao seu comportamento de sedução e sua infidelidade (Bernardo, 2023). Esse discurso, aliado a uma pena muito branda — apenas dois anos de reclusão, com direito à suspensão condicional —, gerou indignação e mobilizou movimentos feministas, que protestaram com o lema “Quem ama não mata”. Os protestos denunciavam a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por seus maridos (Grossi, 1995).

Foi em outubro de 1979, no julgamento do playboy Doca Street, que ocorreram pela primeira vez manifestações públicas contra a impunidade em casos de assassinatos de mulheres por seus parceiros. Na época, os argumentos utilizados pela defesa permitiram ao assassino receber uma pena mínima de dois anos, com sursis. De vítima, Ângela Diniz passou a ser acusada de “denegrir¹ os bons costumes”, “ter vida desregrada” e ser “mulher de vida fácil” (Grossi, 1995, p. 474).

Houve grande repercussão midiática sobre o caso. O poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu: “Aquela moça continua sendo assassinada todos os dias e de diferentes maneiras” (Bernardo, 2023). O cartunista Henfil ironizou em *O Pasquim*: “Estão quase conseguindo provar que Ângela matou Doca” (Bernardo, 2023). Apenas em 1981, um novo julgamento resultou na condenação de Doca a quinze anos de prisão.

No ano de 1979, foi criada por feministas cariocas a Comissão de Violência contra a Mulher (Grossi, 1995). Ainda segundo Miriam Grossi, uma das primeiras ações foi uma manifestação em apoio a cinco recepcionistas do *Jornal do Brasil* demitidas após denunciarem assédio sexual de um editor. Outras manifestações relacionadas ao alto número de homicídios de mulheres nas principais capitais do país mobilizaram feministas nessa mesma época e levaram à criação de instituições de atendimento às vítimas de violência. Assim surgiram os SOS Mulher, grupos feministas que prestavam atendimento gratuito a mulheres em situação de violência.

Em 1980, grupos feministas reuniram-se para criar o Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher, definido como 10 de outubro (Grossi, 1995). Ainda no mesmo ano, foram fundados o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte, e os SOS Mulher, em São Paulo e Porto Alegre. Segundo Grossi (1995), apesar da curta duração desses grupos, eles cumpriram um papel fundamental na luta contra a violência, sendo precursores de políticas públicas posteriores.

¹ Optei por manter o termo utilizado por Miriam Grossi na citação original, embora reconheça sua problemática histórica ligada ao racismo. Considero relevante evidenciar — e não apagar — os significantes que carregam marcas de nosso passado, pois isso abre espaço para as críticas e reflexões necessárias.

Em 1985, foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em São Paulo (Brasil, 2011), marcando a transição de um quadro de atendimento militante para um modelo profissional (Grossi, 1995). Hoje, Delegacias de Defesa da Mulher existem em todo o país. Ainda em 1985, foi criado, por meio da Lei n. 7.353/1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com a finalidade de “promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (Brasil, 1985). No ano seguinte, em 1986, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo inaugurou a primeira Casa-Abrigo do país para mulheres em risco de morte (Brasil, 2011).

De 1985 a 2002, a criação de DDMs e Casas-Abrigo foi o principal eixo da política de combate à violência contra as mulheres, com ênfase na segurança pública e na assistência social. Esse foco também constituiu a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, sob a gerência da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), criada em 2002 e vinculada ao Ministério da Justiça. (Brasil, 2011)

Outro caso emblemático que marcou a luta foi o caso Maria da Penha. Segundo o Instituto Maria da Penha (2023), a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes tornou-se símbolo da luta contra a violência doméstica após sobreviver a duas tentativas de feminicídio cometidas pelo então marido, nos anos 80. Sua busca por justiça, marcada por quase vinte anos de impunidade, resultou na condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 2001, impulsionou a formação de grupo de trabalho e de debates envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e a sociedade civil e inspirou a criação da Lei nº 11.340/2006, que leva seu nome. A Lei nº 11.340/2006 “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2006) e institui medidas integradas de proteção, assistência e responsabilização, estabelecendo os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e definindo instrumentos específicos para garantir os direitos das vítimas (Brasil, 2006). Conforme o Art. 5º desta lei: "configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (Brasil, 2006).

Apesar de o Brasil possuir mecanismos legais que visam a proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar, os números de ocorrências dessa natureza registrados

permanecem altos. Segundo dados da décima primeira edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2025), 27% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. A pesquisa também aborda que a violência pode ser vivida e não reconhecida: 29% das mulheres declaram não ter sofrido violência, mas relataram ter vivenciado ao menos umas das formas de violência listadas pelo estudo. Ou seja, cerca de 25 milhões de mulheres que vivenciaram situações de violência no último ano não sabem ou não reconhecem como tal (DataSenado, 2025). As várias formas de violência contra mulheres, porém, não se limitam ao âmbito doméstico e familiar, sendo que a própria Lei Maria da Penha explicita ao menos cinco modalidades de violência: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Para além da esfera doméstica e familiar e das relações entre parceiros afetivos-eróticos, um conjunto de outras violências afetam as mulheres, desde as práticas de violência política de gênero, os assédios e estupros, as perseguições, misoginia e discursos de ódio propagados por grupos masculinistas na internet e redes sociais, para citar alguns exemplos.

A violência de gênero contra as mulheres é um fenômeno social e histórico que reflete as relações de poder assimétricas. Esse tipo de relação é sustentada por fatores culturais, sociais e políticos que favorecem as desigualdades, impondo a dominação de homens sobre as mulheres. Nesse sentido, Lourdes Bandeira (2014) discute que as formas de violência sofridas pelas mulheres incluem práticas físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais — como expresso na Lei Maria da Penha (2006) — e podem ocorrer tanto no espaço doméstico quanto nos espaços públicos. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), em 2024, ao menos quatro mulheres morreram por dia vítimas de feminicídio, totalizando 1.492 mortes no ano, o maior número já registrado desde 2015.

O feminicídio difere de um homicídio comum pelo caráter de discriminação, dominação e violação de direitos que marca as relações de gênero (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Segundo a Lei n. 13.104/2015, o feminicídio é um homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. A legislação prevê que há razões de discriminação de gênero quando o crime envolve: (inciso I) violência doméstica e familiar; (inciso II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Brasil, 2015). Isso tipifica o feminicídio como um crime de ódio.

A literatura tem insistido que o feminicídio raramente é um ato isolado, mas sim um crime de agravamento, ou seja, é a partir do continuum de violência sofrido que a

mulher acaba sendo vítima da violência letal, como um ponto final do histórico sofrido (Pasinato, 2011). Lagarde (2006), inclusive, trata o crime de feminicídio como uma violência estatal, à medida que é pela negligência e omissão do Estado que as mulheres continuam morrendo, considerando, portanto, o caráter político conceitual (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025, p. 149-150)

Assim, o feminicídio é geralmente o resultado final e fatal de um ciclo de violências iniciado muito antes do assassinato e não se limita ao âmbito doméstico e familiar (Silva et al., 2024). Envolve também os crimes contra mulheres em outros espaços sociais onde elas também são vítimas deste e de outros tipos de violência com motivação de gênero.

De acordo com a pesquisadora Renata Floriano de Sousa (2017), a sociedade brasileira se estrutura em cima do discurso de que o poder sexual está no homem e que esse tem o direito de realizar esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens que não reproduzem estereótipos tradicionais de masculinidade. Os homens aprendem que o "não" de uma mulher pode ser transformado em "sim" e cabe a eles as ações para convencê-las de realizar suas vontades, tanto sexuais quanto em outros âmbitos da vida. Alguns dos mecanismos utilizados para subordinar a mulher às vontades é por meio da insistência ou do uso da força física. Essas são as raízes da cultura do estupro que permeia o nosso tecido social. De acordo com dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), em 2024, foram registrados 20.350 casos de estupro no país, desse número 87,7% são contra meninas e mulheres.

Para ilustrar a desigualdade de gênero neste crime: em 2024, a taxa de estupro de vítimas mulheres foi 1,8 vezes maior do que a taxa geral de estupro (que considera vítimas de ambos os sexos); no caso específico do estupro de vulnerável, embora mais de 11 mil vítimas do sexo masculino tenham sido registradas ao longo do ano, o número de meninas vítimas desse crime chega quase a 56 mil. Isso significa que, para cada menino vítima de estupro de vulnerável em 2024, houve cinco meninas vitimadas. Considerando a taxa de estupro total (incluindo estupro de vulnerável), a taxa de vítimas do sexo feminino é 1,8 vezes superior à taxa de ambos os sexos. Essa comparação entre os sexos é relevante porque deixa em evidência o impacto desproporcional da violência sexual sobre meninas e mulheres desde a infância. (Anuário Brasileira de Segurança Pública, 2025, p. 179)

Segundo Sousa (2017), o discurso produzido pela sociedade patriarcal deposita na mulher a responsabilidade de seguir regras de conduta que, supostamente, a protegem de violências sexuais. Seguir essas regras de conduta não garante a segurança, mas, mesmo assim, a mulher é constantemente avaliada por seu comportamento. Caso aconteça de ela ser vítima de violência, recai a ela a culpa caso não reproduza os padrões de gênero de mulher

submissa e virginal — que constrói o imaginário da vítima perfeita. A recompensa pelo “bom comportamento”, aqueles ditados pelas normas de conduta, não é a segurança, mas sim não ter sua moral questionada.

A construção social da vítima perfeita de estupro parte da ideia de que a castidade feminina, ou o mais próximo disso, é uma questão moral não apenas da mulher que a carrega, como, também, um atestado de bons antecedentes de sua família. Uma mulher com vida sexual intensa e conhecida em seu meio social escandaliza não somente os vizinhos ou conhecidos, mas estende para sua família a má fama da mulher. Logo, a virgindade é não somente o status físico do hímen intacto; é, também, a representação da honra da família imaculada. (Sousa, 2017, p. 16)

O corpo da mulher é visto como um objeto a ser conquistado, ao mesmo tempo em que ela é estereotipada e reprimida em sua sexualidade. A mulher é classificada pela sociedade como donzela ou meretriz de acordo com a sua conduta sexual (Sousa, 2017). Independentemente de sua classificação, a mulher é sempre vista pela sociedade como uma posse.

[...] para ser reconhecida como vítima de estupro, não basta sofrer a violência física; é preciso, também, que a mulher, antes da ocorrência do fato, tenha sido classificada dentro da reputação de ‘mulher para casar’, caso contrário, o estupro (quando reconhecido como tal) não será nada mais do que consequência de um comportamento inapropriado. (Sousa, 2017, p. 17)

Diferente de outras formas de violência, a violência contra a mulher não emerge de atitudes e pensamentos de aniquilação de um outro considerado igual — com as mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador. Ela parte de uma relação de alteridade, motivada pelas expressões de desigualdades baseadas nas relações de gênero que se constituem no protótipo de relações hierárquicas (Bandeira, 2014).

As diferentes formas de violência contra as mulheres, portanto, não podem ser compreendidas sem considerar as construções sociais da masculinidade. Esses atos não são desvios individuais, mas manifestações de um modelo cultural que associa virilidade ao poder, controle e dominação. A masculinidade hegemônica, conceito desenvolvido por Connell (1995) e revisitado por Connell e Messerschmidt (2013), ajuda a entender como determinadas normas de gênero legitimam a violência e a desigualdade nas relações entre homens e mulheres. A partir dessa perspectiva, é possível analisar como certas expressões contemporâneas de masculinidade, especialmente em ambientes digitais, têm reproduzido e

amplificado discursos misóginos e práticas de ódio contra mulheres e/ou outros grupos vulnerabilizados. É o que discutirei na sequência.

2.3. Masculinidades

Não existe apenas uma forma de ser homem; as masculinidades são diversas e socialmente construídas. Como visto antes, o gênero não possui uma essência biológica ou natural, mas deriva de uma configuração de práticas que variam de acordo com tempo, lugar, classe, raça, sexualidade e outras marcas sociais (Carson, 1995). Ao falar sobre masculinidades no plural considera-se essa diversidade e a não fixidez dos modelos, já que eles estão em constante disputa, sobreposição e transformação. As formas de masculinidade podem perder ou ganhar hegemonia dependendo de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas (Connell; Messerschmidt, 2013).

A compreensão de que o gênero é uma construção social e relacional permite analisar como determinados comportamentos são naturalizados e incorporados às expectativas sobre o ser homem. Nesse processo, as masculinidades são aprendidas e reforçadas por meio de práticas culturais e pedagógicas que definem o que é considerado um comportamento masculino. Como observa Louro (2008), as normas de gênero e sexualidade são produzidas e reiteradas por múltiplas instâncias sociais — família, escola, mídia — que funcionam como pedagogias culturais, ensinando e legitimando modos de ser e de agir. É nesse contexto de socialização que se constroem as representações hegemônicas do masculino e suas associações com poder, força e virilidade.

Segundo Miriam Grossi (2004), uma das principais definições da masculinidade na cultura ocidental é que o masculino é ativo — isso significa, no senso comum, ser ativo sexualmente. Para além da sexualidade, a atividade também diz respeito à percepção positiva sobre a agressividade. Essa agressividade marca o processo de crescimento dos homens, em que os meninos são vistos como hiperativos e agressivos e isso é considerado por pais e educadores uma característica inata do sexo masculino. “Se trata de um comportamento esperado e estimulado de meninos, que devem desde a tenra infância se comportar como pequenos homens” (Grossi, 2004, p. 7). Segundo a autora, nesse processo, na escola infantil, muitos meninos já apresentam comportamentos violentos, batendo em meninas e outros

meninos. Grossi (2004) também menciona sobre a introdução da sexualidade na vida dos meninos:

O modelo de sexualidade predadora masculina é, para Daniel Welzer Lang, um ponto nodal da constituição do gênero masculino; uma sexualidade que é formada na visão de que as mulheres devem ser consumidas tal como se dá o aprendizado da sexualidade pela pornografia. Em uma recente palestra que eu assisti dele, ele perguntava para os rapazes da platéia quando eles tinham visto pela primeira vez uma foto pornográfica, e ele desenvolveu, a partir dos depoimentos feitos ali, a idéia de que a pornografia é uma coisa que se aprende a ver em grupo. Ele estudou como num grupo de meninos, um deles traz escondido uma revistinha, uma playboy, e que compartilha com os amigos. Para ele, a pornografia é um aprendizado da sexualidade que se dá coletivamente, que não se faz individualmente. O próprio fato de se tratar de fotos de mulheres, de “mulheres de papel”, as quais se toca pelo papel, permite que o olhar masculino sobre as mulheres as transforme num objeto, que é um papel que se pode consumir. (Grossi, 2004, p. 9).

Além disso, a masculinidade não está apenas no discurso. Ela é vivida no corpo, que não é apenas biológico, mas moldado socialmente pelas práticas e expectativas (Connell; Messerschmidt, 2013). Os homens usam de seus corpos como um símbolo de masculinidade por uso da força, agressividade e resistência à dor. A masculinidade é materializada nos hábitos, como jogar machucado ou negligenciar os cuidados com a saúde, que expressam e reforçam a hegemonia.

A partir dessas observações, é possível compreender como as práticas que associam o masculino à força, à atividade e à dominação sexual contribuem para consolidar modelos hegemônicos de masculinidade. Tais representações, construídas e reproduzidas nas interações cotidianas e nas instituições sociais, se baseiam em um padrão de práticas que sustenta a dominação dos homens sobre as mulheres e estabelece hierarquias entre diferentes tipos de masculinidades. Connell e Messerschmidt (2013) propõe importantes considerações a respeito do conceito de masculinidade hegemônica. A primeira delas trata sobre o sistema de hierarquias dinâmicas a qual esse tipo de masculinidade se sustenta. Segundo os autores, algumas possíveis formas de masculinidades são: (1) hegemônica, padrão dominante que legitima a superioridade masculina; (2) subordinadas, associadas a grupos marginalizados, como homens gays e homens negros em contextos racistas; (3) cúmplices, em que os homens não incorporam totalmente o modelo hegemônico, mas se beneficiam dele; ou (4) marginalizadas, ligadas a outros eixos de opressão, como classe e raça.

Também para Miriam Grossi (2004) as masculinidades se manifestam de formas plurais, sendo construídas e atualizadas de acordo com o contexto histórico e social. A autora

identifica diferentes maneiras de viver o masculino que se articulam a posições de classe, raça e geração, evidenciando que não existe uma masculinidade única, mas múltiplas formas de expressá-la. Grossi destaca, por exemplo, a masculinidade tradicional, associada à virilidade, à força física e ao papel de provedor; a masculinidade moderna, que busca equilibrar sensibilidade e racionalidade; e as masculinidades alternativas, que desafiam as normas hegemônicas ao incorporarem traços de cuidado, afeto e empatia. Essas variações demonstram uma forma de tensionar os modelos dominantes. Assim, as masculinidades constituem um campo de disputas simbólicas, no qual os sujeitos buscam reconhecimento e pertencimento frente às expectativas sociais que regulam o gênero (Grossi, 2004).

De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), a hegemonia não se sustentaria apenas pela dominação direta. Ela precisa da cumplicidade de homens que não correspondem ao ideal, mas o validam e almejam, de alguma forma, aproximar-se dele, já que isso lhes traz benefícios simbólicos e materiais. As mulheres, por sua vez, também desempenham um papel fundamental na construção e na transformação da masculinidade hegemônica, uma vez que influenciam, contestam e negociam constantemente esses padrões.

Como lembra Grossi (2004), “o gênero implica em alteridade, ou seja, para que exista o masculino é necessário seu oposto, o feminino.” Assim como há rituais para a construção da masculinidade, também existem práticas socialmente instituídas para a constituição da feminilidade. Esses rituais, menos violentos que os masculinos, têm como objetivo reforçar o pertencimento ao mundo feminino e o aprendizado de suas normas. A autora exemplifica com o baile de debutantes, cerimônia de apresentação de jovens de 15 anos de famílias de elite, e com o ritual mineiro de coroação de Nossa Senhora, em que meninas se vestiam de anjo, simbolizando pureza e devoção. Em práticas cotidianas, como a ida semanal ao salão de beleza, observa-se igualmente a incorporação de um ideal de feminilidade baseado na valorização estética, voltado à aparência e ao desejo masculino.

Ainda segundo a autora, essa estética feminina reforça o imaginário de complementaridade entre os gêneros, no qual o homem ocupa o papel de provedor e a mulher deve ser recatada e bem-apresentada, cuidando da casa e dos filhos. A beleza, nesse modelo, torna-se um elemento central da feminilidade, pois é o que garantiria à mulher ser desejada e reconhecida socialmente. Grossi (2004) associa essa lógica ao complexo moral da honra e da vergonha, característico de culturas mediterrâneas e também presente na sociedade brasileira,

em que a honra masculina está diretamente ligada à conduta da mulher. Nesse sistema simbólico, a mulher é vista como guardiã da honra do marido — se ela perde sua virtude, ele perde a sua honra.

Nas sociedades tradicionais, o gênero é marcado por tarefas exclusivas de homens e mulheres. Assim, no mundo industrial, os homens estavam ligados à esfera da produção enquanto as mulheres à esfera da reprodução (tanto no que se refere aos filhos, quanto nos trabalhos domésticos necessários à reprodução da força de trabalho). Nas sociedades camponesas, as tarefas são divididas em trabalho de mulher e em trabalho de homem. A divisão sexual do trabalho é transmitida de geração em geração pelo aprendizado dos meninos com os homens e das meninas com as mulheres. (Grossi, 2004, p. 16)

Voltando a Connell e Messerschmidt (2013), as masculinidades se organizam em três diferentes níveis que são interligados e dependem da geografia para se configurar. O primeiro nível é o local, que é influenciado pelas práticas cotidianas em escolas, famílias, organizações e comunidades imediatas. O segundo é o regional, que é um pouco mais amplo, construído no nível da cultura ou do estado-nação. E o último é o global, construído nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais. Segundo os autores, “apesar de os modelos locais de masculinidade hegemônica poderem se diferenciar uns dos outros, eles geralmente se sobrepõem” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 268).

Esses modelos têm sido influenciados pelo ambiente digital em que os homens consomem conteúdos que reforçam a masculinidade hegemônica, com discursos de grupos e indivíduos sobre como se tornar o homem ideal — caso da machosfera, comunidades ou grupos masculinistas que atuam online. Nestes espaços homens encontram validação para ideais hegemônicos, resignificando frustrações pessoais em narrativas de oposição ao feminismo e às conquistas das mulheres. É o que será abordado no próximo tópico.

3. MACHOSFERA E VIOLÊNCIA DIGITAL

A machosfera ou, no inglês, *manosfera*, refere-se a um conjunto diverso de grupos ou comunidades do ecossistema digital que propaga discursos misóginos e incita a violência contra as mulheres. Segundo Rafael Dault (2024), o discurso desse ecossistema se alinha com a tendência política alt-right — movimento de extrema-direita que surgiu nos Estados Unidos e teve crescimento em fóruns da internet como *4chan* e *Reddit*. Tal discurso propaga ideias que colocam os homens em uma posição de vitimização diante de uma sociedade considerada “ginocêntrica”, ou seja, uma sociedade que eles consideram favorecer as mulheres em detrimento dos homens.

De acordo com as pesquisadoras Ana Carolina Oliveira e Inês Silva (2024), a machosfera é composta por diferentes grupos que, embora possuam especificidades, compartilham uma retórica misógina e antifeminista. Os MRAs (men’s right activists – ativistas pelo direito dos homens) são um dos mais antigos e defendem que os homens seriam o “sexo descartável”, negando a dominação masculina e alegando viverem em uma sociedade “ginocêntrica”. Os PUAs (pick-up artists – artistas da sedução) ensinam estratégias de sedução baseadas em uma suposta “neomasculinidade”, que reforça papéis tradicionais de gênero e legitima a supremacia masculina. Já os Incels (involuntary celibates – celibatários involuntários) reúnem homens que se dizem incapazes de manter relações amorosas e sexuais, e que frequentemente expressam discursos de ódio e ressentimento contra as mulheres — chegando a idolatrar autores de ataques violentos. Por fim, os MGTOWs (men going their own way – homens seguindo seu próprio caminho) pregam o afastamento completo das mulheres e da vida conjugal, rejeitando o amor romântico e o casamento por considerá-los instrumentos de dominação feminina em uma sociedade supostamente misândrica e ginocêntrica (Oliveira; Silva, 2024).

[...] as mulheres estariam em uma posição social privilegiada, sendo colocadas no centro do bem-estar social. Pois, para estes grupos o fato de as mulheres terem sido mantidas restritas ao ambiente privado era apenas por uma questão de proteção, colocando os homens em uma posição de subserviência, tendo que trabalhar para manter e “servir” as mulheres. Remontam à sociedade medieval para tentar encontrar algum embasamento para as suas elucubrações, afirmando que as práticas “ginocêntricas” teriam origem no cavalheirismo e no amor cortês, no qual as mulheres eram tratadas quase como “deidades”. (Oliveira; Silva, 2024, p. 5)

Na machosfera, as mulheres não são vistas como seres com personalidade ou subjetividade, mas são simplificadas a emocionais, irracionais e interesseiras, que procuram

um homem para se relacionar já que elas não teriam habilidades necessárias para conseguir prosperar sozinhas no capitalismo (Oliveira; Silva, 2024). Segundo esse discurso, os homens só deixariam de ser manipulados por essas mulheres ao reconhecer a “verdade” sobre a dominação feminina propagada na machosfera. A partir desse reconhecimento, as mulheres poderiam ser manipuladas às vontades dos homens. Ainda de acordo com as pesquisadoras: “[...] o que esses sujeitos mais buscam é a volta de um estado de dominação” (Oliveira e Silva, 2024, p. 12). Sobre a visão da machosfera as autoras argumentam:

[...] para sustentar a ideia de ginocentrismo é preciso negar e invisibilizar todas as opressões e violências sofridas pelas mulheres ao longo da história, ou seja, deslegitimando sua história. A partir disto, o feminismo torna-se apenas a consequência de algo maior e teria por objetivo apenas perseguir e oprimir ainda mais os homens. A ideia de o feminismo ser apenas uma extensão do que acreditam ser o ginocentrismo é um ponto importante que vale ser destacado, pois para os masculinistas não bastaria ser apenas antifeminista, mas sim ser antiginocentrismo. Isto faz com que até mesmo mulheres conservadoras e antifeministas sejam hostilizadas dentro da mansfera, onde são chamadas de “conservadias”. (Oliveira; Silva, 2024, p. 5-6)

Esses grupos utilizam como metáfora para a “verdade” da sociedade a *Red Pill* (pílula vermelha), referência ao filme *Matrix* (1999), dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski, ambas mulheres trans. No longa, o protagonista é convidado a escolher entre permanecer em uma ilusão, simbolizada pela pílula azul, ou despertar para a realidade ao tomar a pílula vermelha. Na machosfera, essa metáfora é ressignificada como símbolo de um suposto “despertar masculino” diante daquilo que consideram ser a dominação feminina e o controle social exercido pelo feminismo. Segundo Oliveira e Silva (2024), a *Red Pill* é apresentada como o momento de “revelação” em que os homens compreenderiam a “verdadeira natureza” das mulheres e passariam a agir de forma racional e estratégica para recuperar o poder que acreditam ter perdido. Como observa Dault (2024), esse discurso se articula à lógica de vitimização masculina e à recusa das pautas feministas, transformando a *Red Pill* em um marcador identitário dentro da machosfera.

Com base nessas concepções, os coaches de masculinidade presentes nas redes sociais ensinam sobre como ser um “homem ideal”, propagando estereótipos associados à masculinidade hegemônica. Esses influenciadores exploram a “crise da masculinidade” e o ressentimento em relação às conquistas dos direitos das mulheres para vender cursos, captar seguidores e propagar discursos de ódio. Um exemplo que ganhou notoriedade nas redes sociais foi o de Thiago Schutz, mais conhecido como o “Calvo do Campari”. O influenciador

tornou-se conhecido após a viralização de vídeos com falas de teor machista e ameaças direcionadas a mulheres. Segundo o *Estadão* (2023), Schutz ameaçou a atriz Livia La Gatto, que havia publicado um vídeo ironizando as falas misóginas do influenciador, sem mencioná-lo nominalmente. Em resposta, o coach enviou mensagens privadas pelo Instagram dizendo: “Você tem 24 horas para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso é processo ou bala. Você escolhe” (Estadão, 2023).

Influenciadores como Thiago Schutz ensinam que o homem deve ser racional, autossuficiente, emocionalmente contido e financeiramente bem-sucedido, reduzindo a virilidade a um modelo de performance social e econômica. De acordo com Ferreira (2025), esses produtores de conteúdo se apresentam como “mentores” ou “guias” capazes de conduzir os homens à “verdadeira natureza masculina”, utilizando discursos de autoajuda, empreendedorismo e meritocracia para legitimar valores antifeministas e reforçar hierarquias de gênero. Esses discursos são reproduzidos em vídeos curtos, reels e transmissões ao vivo, que disseminam frases de efeito e conselhos simplificados que associam a força masculina ao controle das mulheres e à rejeição de qualquer traço considerado “feminino”. Segundo Dault (2024), esses influenciadores desempenham papel central na manutenção da machosfera, pois traduzem o discurso misógeno originado nos fóruns da alt-right para uma linguagem acessível, de aparência motivacional e cotidiana.

Alguns dos grupos coordenam ataques violentos tanto online quanto fisicamente às mulheres. Esse é o caso dos *Incels*, um grupo que se baseia em um discurso mais fatalista em relação aos outros grupos e, por isso, são os que demonstram maior ressentimento em relação às mulheres (Ferreira, 2025).

Os fóruns incels costumam ser repletos de discurso de ódio contra minorias sociais, especialmente contra mulheres, ao ponto de já terem levado alguns de seus membros a praticarem massacres, como por exemplo, o massacre de Isla Vista no qual Eliot Rodger, um estudante que se identificava como incel, no dia 23 de maio de 2014 perpetrou um assassinato em massa na região de Isla Vista, Califórnia, Estados Unidos, matando 6 pessoas, ferindo outras 13 e suicidando-se em seguida. Sua intenção inicial era matar principalmente jovens universitárias, pois sentia-se injustiçado por ser rejeitado por elas. Esse episódio passou a ser conhecido como o massacre de Isla Vista. Um ato abominável, porém, dentro da comunidade Incels, Eliot passou a ser reverenciado como saint Eliot. (Oliveira; Silva, 2024, p. 4)

A série *Adolescência* (2025), cuja cobertura jornalística estudo nesta monografia, aborda a radicalização dos discursos incel entre jovens. O protagonista Jamie Miller (Owen Cooper) é preso após assassinar sua colega de classe, Katie Leonard (Emilia Holliday),

motivado pelo ressentimento que nutria em relação às mulheres. Na trama, Jamie se identificava como participante da comunidade virtual *Incel*. Inspirada em uma série de crimes que aconteceram no Reino Unido envolvendo facas (CNN Brasil, 2025), a produção repercutiu nas redes sociais e na imprensa, estimulando o debate público sobre os efeitos desses grupos na formação das masculinidades e sobre o papel das plataformas digitais na difusão de discursos misóginos.

3.1 Jornalismo, redes sociais e o debate de problemas coletivos

O panorama traçado abre espaço para a discussão acerca do agendamento da mídia e o debate público, ou seja, sobre o processo de construção da agenda de temas de interesse público que ganham espaço na mídia e que tem o potencial de alimentar o debate público. Os pesquisadores Diógenes Lycarião e Rafael Sampaio (2016) abordam a construção da agenda pública na era da comunicação digital. Os autores defendem que a “agenda pública na era da comunicação digital se organiza e se reorganiza num fluxo multidirecional de interação discursiva” (Lycarião; Sampaio, 2016, p. 50). Isso quer dizer que ao mesmo tempo que a mídia atua na agenda do debate público, o público e as discussões nas redes sociais atuam na agenda da mídia.

[...] propõe-se que a agenda pública é uma construção social produzida de modo interacional a partir de estruturas de poder assimétricas, a qual, ao mesmo tempo em que abarca dimensões previsíveis (resultado de processos estruturais), assume dimensões imprevisíveis de agendamento (processos não estruturais). (Lycarião; Sampaio, 2016, p. 50)

Lycarião e Sampaio (2016) organizam esse processo em sete dinâmicas que ajudam a compreender como o agendamento se manifesta em diferentes temporalidades e níveis de influência. Nos agendamentos factuais — divididos em (1) curto prazo, (2) médio prazo permanecendo factual, (3) médio prazo com transformação em agendamento temático e (4) longo prazo — predominam os acontecimentos imediatos, como crimes, protestos ou eventos políticos. Nesse escopo, a mídia exerce maior poder de pautar o debate público. No entanto, na dinâmica de médio prazo com transformação em agendamento temático, a mídia dá o primeiro passo ao pautar o debate, mas esse mesmo debate é posteriormente retomado pelo público e retorna aos meios de comunicação sob uma nova forma, tornando-se um agendamento temático. Nas dinâmicas temáticas — que se desenvolvem a (5) curto, (6) médio e (7) longo prazo — as discussões se desdobram e se transformam em reflexões mais amplas,

nas quais o público passa a ter papel ativo, influenciando o que será noticiado e como será interpretado. Essa relação cíclica entre mídia e sociedade revela que o agendamento não é linear, mas resultado de interações complexas, nas quais determinados temas ganham força conforme se deslocam entre os campos jornalístico, político e social, podendo inclusive originar um agendamento reverso, quando o debate nas redes repercute e redefine a agenda midiática.

As pesquisadoras Terezinha Silva e Vera França (2017), elaboram sobre os eixos do jornalismo como atividade comunicacional. Conforme as autoras, o jornalismo se distingue em três eixos: a relação com o real — o jornalismo “fala” (d)a realidade —; a informação como natureza, ou matéria-prima, de seu produto; e sua ancoragem no interesse público. Este último eixo se conecta diretamente à ideia de debate público, pois é a partir dele que o jornalismo reivindica sua legitimidade social. O interesse público, nesse sentido, funciona como sustentação do discurso autolegitimador da prática jornalística, ao justificar seu papel de mediador entre os acontecimentos e a sociedade, conforme as autoras. “[...] o jornalismo se justifica porque serve ao interesse público, fundamenta a opinião pública, atende ao bem comum. E está em sintonia com os valores democráticos, com a liberdade de opinião, com a realização do debate público. (Silva; França, 2017, p. 5).

Para discutir o conceito de público e de interesse público, as autoras recorrem à perspectiva do filósofo pragmatista John Dewey, que compreende o público como o conjunto de pessoas afetadas pelas consequências das ações humanas (Silva; França, 2017). Conforme elas explicam, quando essas consequências ultrapassam o âmbito individual e passam a impactar o bem-estar de outras pessoas, as ações assumem uma dimensão pública. O público diz respeito à coletividade que é afetada pela ação ou acontecimento. Assim, o interesse público se baseia nessas consequências — desejáveis ou indesejáveis — que determinadas ações ou acontecimentos exercem sobre a coletividade ou sobre uma parcela significativa da sociedade (Silva; França, 2017).

As autoras defendem que há um hiato entre o interesse público e o interesse do público, já que a atividade jornalística não se limita aos temas de alto impacto; algumas temáticas são assumidas pela mídia e devido à circulação e repetição na sociedade, passa a entrar como pauta jornalística (Silva; França, 2017). Assim, além do interesse público, a noticiabilidade e os valores-notícia são temas centrais para a discussão sobre o que pauta o

jornalismo e constrói a agenda de temas na mídia (Silva; França, 2017). Os valores-notícia correspondem aos atributos que orientam a seleção inicial dos fatos considerados relevantes para se tornarem notícia, refletindo tanto critérios profissionais quanto os valores sociais e culturais de uma época, conforme as pesquisadoras. Já a noticiabilidade é um conceito mais amplo, que envolve o conjunto de fatores que condicionam o processo de produção da notícia — desde as características do acontecimento até as condições institucionais, econômicas e políticas das empresas jornalísticas. Nesse sentido, enquanto os valores-notícia ajudam a compreender por que determinados temas são incluídos ou excluídos do noticiário, a noticiabilidade revela como esses critérios se articulam às rotinas, aos interesses e às hierarquias do campo jornalístico. Segundo Silva e França (2017):

[...] a grande divulgação midiática é, em si, criadora de acontecimentos, e [...] tais acontecimentos não são desvestidos de consequências. Eles não impactariam a princípio, mas terminam por impactar pela força de sua divulgação. Esses interesses “outros”, que acabam perpassando as práticas do Jornalismo e estabelecendo critérios de noticiabilidade, estão relacionados com valores sociais, com jogo de forças, com tendências e traços culturais. Não há uma regra que permita identificá-los a priori; é a análise da cobertura jornalística, do enquadramento que é dado aos acontecimentos, daquilo que se estabelece como notícias e vem estampado nos jornais que nos permite dizer a centralidade dos valores vigentes que edificam os valores-notícia estabelecidos pelas mídias jornalísticas de um determinado país ou região. (Silva; França, 2017, p. 6)

As autoras também recorrem à perspectiva de Louis Quéré para discutir as “duas vidas do acontecimento” (Silva; França, 2017). Segundo essa concepção, o acontecimento possui uma dimensão sensível (primeira vida) — o fato em sua forma empírica, que nos atinge e afeta — e uma dimensão simbólica (segunda vida), em que o fato é transformado pela linguagem e adquire significado. Ao construir sua narrativa, o jornalismo atua justamente nessa “segunda vida”, ao produzir uma representação do real e atribuir sentido ao acontecimento (Silva; França, 2017).

A narrativa construída pelo jornalismo impacta diretamente a percepção do público sobre os acontecimentos. A perspectiva crítica de Adelmo Genro Filho (1987) amplia essa discussão ao evidenciar o caráter ambivalente da atividade jornalística. O jornalismo, ao mesmo tempo em que supre necessidades reais de informação e de mediação com o mundo, também cumpre uma função ideológica ao reforçar determinadas “condições imaginárias de cidadania”, reproduzindo a hegemonia burguesa. Essa ambivalência confere à prática jornalística um potencial emancipador, pois, enquanto reflete a ideologia dominante, também

revela as contradições do próprio sistema, abrindo espaço para práticas críticas e desalienantes. Nessa perspectiva, o jornalismo pode contribuir para a emancipação dos sujeitos e para a formação de uma cidadania ativa, reafirmando sua importância e seu potencial como mediador do debate público e como forma de conhecimento crítico sobre a realidade.

A partir desta reflexão, entendo que o jornalismo ocupa uma posição central na mediação dos debates públicos contemporâneos, ainda que sua legitimidade seja constantemente tensionada pelas dinâmicas das redes digitais e pelos múltiplos atores que disputam sentidos sobre acontecimentos, temas, atores e problemas no espaço público. A atividade jornalística, ancorada na noção de interesse público, mantém a responsabilidade de traduzir acontecimentos em narrativas que estimulem a reflexão coletiva. As análises sobre o atravessamento dos valores sociais e culturais que orientam a prática jornalística (Silva; França, 2017) e sobre o caráter ambivalente do jornalismo, que o torna um fenômeno simultaneamente ideológico e potencialmente emancipador (Genro Filho, 1987), permitem compreender o fluxo comunicacional em que mídia e público se influenciam mutuamente. O desafio do jornalismo, portanto, permanece o de sustentar um espaço crítico de diálogo, capaz de articular informação, cidadania e transformação social.

A partir da contextualização e fundamentação teórica antes expostas — que articula as reflexões sobre gênero, violência contra mulheres, masculinidades, machosfera e o potencial do jornalismo para o estimular o debate público —, apresento a seguir os procedimentos metodológicos adotados para a análise do tratamento jornalístico do tema da machosfera, tomando como objeto a cobertura jornalística da série Adolescência.

4. METODOLOGIA

Como já mencionado, o presente estudo tem o objetivo de compreender o tratamento jornalístico da série *Adolescência* em mídias com circulação nacional, buscando mais especificamente identificar se e em que medida a cobertura jornalística produziu conteúdos com potencial para estimular um debate público sobre o que é a machosfera e sobre o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres.

Para cumprir este objetivo, algumas etapas e procedimentos metodológicos foram necessários. Paralelamente à construção da fundamentação teórica e reflexões sobre gênero, violência contra mulheres, masculinidades, machosfera e sobre o papel do jornalismo no debate de temas de interesse público e na formação da cidadania, realizei um contato prévio com os materiais produzidos pela cobertura da série *Adolescência*. Assim, em uma primeira etapa de pesquisa exploratória, foram selecionados todos os resultados dos termos “Série *Adolescência*” utilizando o serviço *Google Notícias*. Foram encontrados ao todo 101 resultados, entre o mês de março de 2025 — quando houve o lançamento da série — e setembro de 2025 — quando a série voltou a ser discutida devido à premiação do *Emmy 2025*.

A partir deste universo de 101 unidades identificadas — o que considero uma significativa repercussão midiática para a série —, as matérias foram classificadas conforme algumas categorias: *veículo da publicação*; *data do conteúdo publicado*; *se havia algum aprofundamento ou era superficial*; se eram ou não *matérias polêmicas*, isto é, com discussões de viés de extrema-direita, discursos de ódio contra as mulheres ou que propagam fake news. O primeiro critério para filtrar as matérias jornalísticas a serem analisadas foi que todas seriam de *veículos jornalísticos*. A partir disso, também foram selecionadas as matérias previamente consideradas “aprofundadas”, nas quais se imaginava encontrar uma maior discussão sobre a machosfera, e não apenas a divulgação e a repercussão da série. Também selecionei para inclusão no *corpus* da pesquisa as matérias previamente consideradas polêmicas durante a etapa exploratória, por considerar que poderiam ter relevância para entender a abordagem do tema por grupos extremistas e como tal abordagem foi tratada na cobertura jornalística. A partir destes critérios (ser *veículo jornalístico*, *incluir aprofundamento*, *ter conteúdo eventualmente polêmico*) foram selecionadas 23 matérias para

a análise. As matérias selecionadas foram publicadas nos três primeiros meses do lançamento da série — março, abril e maio de 2025.

Tabela 1 – Matérias publicadas nos veículos

| Veículo | Número de matérias |
|-------------------------------------|--------------------|
| Veja | 2 |
| Le Monde Diplomatique Brasil | 1 |
| Folha de S. Paulo | 3 |
| Revista Fórum | 1 |
| Correio Braziliense | 2 |
| Portal G1 | 1 |
| BBC | 4 |
| Gazeta do Povo | 3 |
| DW | 2 |
| InfoMoney | 1 |
| A Pública | 1 |
| O Globo | 1 |
| Terra | 1 |
| Total de matérias | 23 |

Fonte: Elaboração própria.

Após a definição deste corpus de 23 matérias, realizei à leitura dos textos para identificar as ênfases dadas pela cobertura, o que me levou a três grupos de ênfases temáticas. São elas: sete matérias enfatizaram o tema da *educação*; 10 matérias o tema da *machosfera*; e quatro matérias o *uso de redes sociais por adolescentes*.

Tabela 2 – Ênfases temáticas

| Veículo | Número de matérias |
|--|--------------------|
| Educação | 9 |
| Uso de redes sociais por adolescentes | 4 |
| Machosfera | 10 |
| Total de matérias | 23 |

Fonte: Elaboração própria.

Na leitura das matérias jornalísticas me guio por duas questões ou eixos de análise:

1) Se e como as matérias definem a machosfera e/ou a atuação de grupos masculinistas na internet e redes sociais?

2) Se e como abordam o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres?

A partir da análise desses eixos, espero dar conta do objetivo antes exposto sobre o tratamento dado pela cobertura à série Adolescência e responder à questão orientadora sobre o potencial da cobertura para estimular um debate sobre a machosfera, a misoginia e a violência que ela propaga contra as mulheres.

No próximo capítulo, apresento a análise e discussão sobre a cobertura realizada a respeito da série Adolescência. Primeiro, exponho a análise de cada uma das cinco ênfases temáticas e, ao final, discute-se os resultados da análise.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

No presente capítulo apresento, então, o resultado da análise realizada sobre as 23 matérias jornalísticas selecionadas para o presente estudo. A apresentação da análise é feita seguindo uma ordem quantitativa sobre o número de matérias identificadas em cada um dos três eixos temáticos: machosfera (10 textos); educação (nove textos); e uso de redes sociais por adolescentes (quatro textos).

5.1 Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero

Essa categoria temática aborda o funcionamento da machosfera em fóruns e nas redes sociais. Ela é composta por *10 textos*, sendo *sete informativos* e *três opinativos* (dois escritos por especialistas e um por jornalista). As matérias informativas foram publicadas pelo *Portal G1*, *Correio Braziliense* (duas matérias), *BBC News* (duas matérias), *DW Brasil* e *Agência Pública*; já as opinativas foram publicadas pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*, pela *Veja* e pela *Folha de S. Paulo*. Em relação ao período de publicação, *cinco matérias* foram divulgadas em março (*Portal G1*, *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e as duas da *BBC News*), *quatro* em abril (*Le Monde Diplomatique Brasil*, *Correio Braziliense*, *DW Brasil* e *Agência Pública*) e *uma* em maio (*Veja*). Quanto à autoria, *sete textos* são assinados por mulheres, *um* por homem e *dois* não possuem autoria identificada.

Três das matérias informativas apresentam glossários de termos da machosfera — recurso que aparece associado tanto às expressões usadas na série quanto à linguagem característica das comunidades masculinistas, o que indica uma tentativa de estimular um conhecimento e aprendizado do público sobre esses grupos.

A matéria da *BBC News*, intitulada “*Quem são os incels, o movimento sombrio retratado na aclamada série ‘Adolescência’*”, explica o surgimento do grupo *incel* (celibatários involuntários) e os rumos que ele tomou até os dias atuais. Segundo a reportagem (*BBC News*, 2025), o termo surgiu no blog de uma jovem canadense, chamado “O projeto de celibato involuntário de Alana” (*Alana's Involuntary Celibacy Project*). A iniciativa, originalmente, não tinha caráter misógino: tratava-se de um espaço voltado ao compartilhamento de experiências de solidão e dificuldades afetivas. Com o tempo, porém, o conceito foi apropriado por fóruns masculinistas, passando a integrar o que a *BBC News* define como “universo masculino radicalizado na internet”, marcado pela misoginia e pela

crença no “direito ao sexo”. A matéria destaca que muitos *incels* culpam abertamente as mulheres por seu “fracasso sexual”, classificando-as como manipuladoras, interesseiras ou promíscuas. O texto também informa que parte da comunidade defende ou glorifica violência contra mulheres e contra homens em relacionamentos felizes. A *BBC News* aborda também a presença de elementos centrais da machosfera, como a blackpill, metáfora que reforça a ideia de que o destino dos *incels* estaria selado desde o nascimento. Por fim, a reportagem enquadra os *incels* como um problema de saúde mental, destacando a fala do psiquiatra Andrew Thomas, da Universidade de Swansea: “Se quisermos romper esse ciclo, precisamos oferecer apoio em saúde mental, porque, se esses jovens não cuidam de si mesmos, também não vão se importar com os outros” (BBC News, 2025).

O enquadramento do problema no âmbito da psiquiatria e/ou psicologia e não das relações de gênero também está presente em outras matérias da cobertura. O Correio Braziliense é outro exemplo de mídia que articula a radicalização à saúde mental, a partir da fonte especializada que aciona, ainda que também aborde a importância de não restringir o problema à dimensão individual dos sujeitos. A reportagem “*Incels, redpills: 'Adolescência' retrata risco da radicalização na internet*” reforça que esse processo não ocorre de forma isolada, mas é alimentado por ambientes digitais que normalizam violência, misoginia e intolerância.

A pesquisadora Michele Prado explica que a radicalização on-line não acontece no vácuo. Esse processo é alimentado por conteúdos que normalizam a violência e a intolerância. As crianças e adolescentes que são capturadas por discursos de ódio geralmente enfrentam problemas de saúde mental, mas os grupos onde eles estão inseridos desencorajam a busca por ajuda profissional. (Correio Braziliense, 2025)

Além disso, a reportagem enfatiza que a radicalização deve ser compreendida como um fenômeno social e relacional, e não apenas individual. Isso aparece tanto na fala de Michele Prado quanto nas contribuições de outras fontes, que apontam que ambientes digitais hostis — inclusive aqueles alimentados por adultos — funcionam como modelo e incentivo para crianças e adolescentes. A matéria também destaca a necessidade de respostas coletivas, mencionando que a prevenção envolve acolhimento emocional, educação para o mundo digital e letramento midiático.

Na cobertura da *Agência Pública*, a matéria “‘Adolescência’, *incels*, *redpills*: a produção de odiadores de mulheres na internet” traz uma entrevista com as pesquisadoras

Maria Carolina Medeiros e Letícia Sabbatini, que analisam como a machosfera opera. A reportagem explica que conteúdos misóginos, antes restritos a fóruns do submundo da internet, agora circulam em vídeos com milhões de visualizações, muitas vezes apresentados em formatos aparentemente inofensivos — como humor, autoajuda ou discursos de desenvolvimento pessoal. Essas narrativas oferecem respostas simplificadas para frustrações afetivas e inseguranças masculinas, reforçando ideias como a de que “todas as mulheres são interesseiras” ou de que o feminismo teria prejudicado os homens. Letícia Sabbatini também destaca sinais que podem indicar o início de um processo de radicalização:

[...] existem alguns sinais que podem chamar a atenção, como uma mudança na linguagem do adolescente. Perceber o uso de expressões que são características, como “feminazi”, ou comentários que mulheres só ligam pra dinheiro, entre outros. Também a criação de uma visão distorcida sobre gênero ou afeto, se o jovem começa a falar com desprezo sobre meninas, ou demonstra ressentimento em relação a relacionamentos. (Agência Pública, 2025)

Maria Carolina Medeiros argumenta que, enquanto as mulheres conquistaram novos significados sociais ao longo das últimas décadas, os homens permaneceram presos a modelos rígidos de virilidade e autocentramento. A machosfera se aproveita dessa lacuna, oferecendo uma “comunidade” que acolhe ressentimentos masculinos e os transforma em fundamento para a misoginia. Sobre isso, Letícia Sabbatini pontua:

Temos que reconhecer que os jovens têm experiências e dores próprias, que são legítimas. Muitas vezes quando um adolescente expressa raiva ou desinteresse, ele está pedindo por conexão, e quando a resposta é descrédito, esse abismo se acentua. É fundamental visualizar a escola como espaço político, que precisa lidar com tensões contemporâneas, como o discurso de ódio que circula nas redes e fora delas, e isso não se resolve com uma ou outra palestra pontual, mas com presença, comunicação, formação continuada dos educadores. É um grande processo. (Agência Pública, 2025)

Os textos opinativos analisados — publicados pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*, pela *Veja* e pela *Folha de S. Paulo* — fazem discussões interpretativas sobre a machosfera, a socialização masculina e a misoginia. No texto publicado pelo *Le Monde Diplomatique Brasil*, intitulado “‘Adolescência’: a socialização dos jovens e o ódio contra as mulheres”, há o ponto de vista de duas sociólogas, Bruna Camilo e Camila Galetti, que discutem a masculinidade hegemônica e associam a cultura da machosfera com a violência contra as mulheres. Elas relacionam a socialização masculina à narrativa da série:

Embora o personagem principal não esboçasse nenhuma ação violenta, a internet mostrou a ele um espaço de organização do ressentimento por meninas e,

posteriormente, a violência foi escancarada e, ao mesmo tempo, silenciosa. Essa prática contra si e contra os “inimigos” é uma forma, se não a principal, de demonstrar sua virilidade, potência, pertencimento a grupo, mas, principalmente, vingança contra quem não se submete. O sociólogo Daniel Welzer-Lang apontou que a legitimidade de um homem em seu grupo não se restringe à negação da feminilidade, mas também em sua contundente depreciação. Diante disso, é possível afirmar que o homem, em busca de seu espaço de pertencimento, performe misoginia como passaporte de aceitação, socialização e respeito perante os demais. A forma como os homens socializam e constroem suas identidades afeta não somente a si, mas, sobretudo, as mulheres, que se submetem ao masculino por meio da violência. (Le Monde Diplomatique Brasil, 2025)

No texto elas elaboram que as redes sociais atuam como amplificadores da misoginia e do discurso de ódio. Além disso, elas defendem que a narrativa de vitimização masculina é explorada por criadores de conteúdos, tornando a misoginia um produto rentável e criando desafios para a educação nesse contexto — principalmente devido às marcas de um discurso neoliberalista que coloca a produtividade e desempenho acima do bem-estar e da formação humana de alunos e docentes.

A coluna da *Folha de S. Paulo*, cujo texto tem o título de “*O feminismo não errou; a masculinidade, sim*”, é uma resposta à outra coluna do mesmo portal com o título “*O feminismo errou*”. No texto, a jornalista Bruna Maia fala de suas vivências como mulher em um ambiente misógino antes das redes sociais. Segundo ela, a série não é apenas sobre os “perigos da internet”, mas sobre os perigos da masculinidade: “A radicalização promovida pelas redes sociais é preocupante, mas ela acentua e afia um discurso sobre papéis de gênero que está aí há muito tempo” (Folha de S. Paulo, 2025). Ela defende que o feminismo tomou atitudes para incluir os homens no debate público acerca da violência contra as mulheres e outros assuntos relacionados a questões de gênero, tendo pouca adesão. Ela argumenta: “Quem errou foi a masculinidade e os homens estão, sim, errados e agindo como nossos inimigos quando se negam a discutir e elaborar a violência com que foram socializados — que vem tanto de exemplos de figuras paternas, familiares e amigos como da indústria cultural” (Folha de S. Paulo, 2025).

Na *Veja*, o texto intitulado “*Como a psicologia explica os incels?*” é escrito pelo psicólogo e professor Felipe Novaes e traz uma abordagem centrada no sofrimento mental do grupo incel. O artigo critica a forma como a mídia costuma retratar esses jovens, ridicularizando-os e desqualificando-os:

O incel virou uma figura ambígua, ao mesmo tempo ridicularizada e considerada uma grande ameaça. É como se todos acreditassem que esses nerds ressentidos não

são de nada mas, ao mesmo tempo, representam uma ameaça à segurança nacional. Não estou sendo irônico. Em 2022, o Serviço Secreto dos Estados Unidos descreveu o “extremismo misógino dos incels” como “ameaça nacional” (!). (Veja, 2025)

O psicólogo reconhece o discurso hostil e misógino presente na machosfera e explica que, nesses espaços, as mulheres são vistas simultaneamente como objeto de desejo e de ressentimento. Para o autor, parte da chamada “misoginia incel” é expressão distorcida de dores afetivas reais — rejeição, exclusão social e carência simbólica — configurando “uma dor legítima que encontrou um canal ilegítimo” (Veja, 2025). O texto critica a negligência social diante do sofrimento masculino, frequentemente tratado com desprezo ou ridicularização, e argumenta que essa postura contribui para fortalecer espaços de ressentimento que mais tarde se tornam motivo de alarme público.

Segundo a análise, muitos dos integrantes desses grupos vivem em estado de autoexclusão, ruminação e desesperança silenciosa, o que os aproxima mais de um quadro de risco para si mesmos do que de uma ameaça terrorista. Como caminhos possíveis, o psicólogo sugere apoio psicológico e educação afetiva que levem em conta os ambientes digitais onde esses jovens circulam. Para ele, “os incels talvez sejam a ponta visível de um iceberg mais extenso: a masculinidade afetivamente desnutrida que nossa cultura insiste em criar e depois condenar” (Veja, 2025).

De modo geral, a análise desta categoria temática (machosfera) evidencia o esforço das publicações em lidar com a complexidade da machosfera como fenômeno social, cultural e digital. As reportagens mais superficiais limitam-se a apresentar glossários dos termos utilizados na série, buscando apenas explicar a linguagem dos grupos masculinistas para o público. Já as matérias mais aprofundadas contextualizam historicamente esses grupos, discutem suas dinâmicas internas e levantam questões de gênero que ampliam a compreensão sobre misoginia, masculinidades, violência e discurso de ódio. Apesar de haver discussão sobre questões de saúde mental dos indivíduos da machosfera, o enquadramento predominante apresenta a machosfera como um problema social — envolvendo relações de poder e desigualdades de gênero —, e não como uma questão estritamente individual. As colunas opinativas mobilizam diferentes áreas de conhecimento e evidenciam o papel do produto audiovisual na entrada da temática dos grupos masculinistas online na agenda pública. No conjunto, as matérias mostram que a machosfera não é tratada apenas como um fenômeno digital isolado, mas como parte de um ecossistema mais amplo, que envolve

disputas por modelos de masculinidade, vulnerabilidades emocionais de jovens homens e estruturas sociais que naturalizam a desigualdade entre os gêneros.

5.2 Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar

A categoria temática que discute a educação é composta por *nove textos*, sendo *seis opinativos* e *três informativos*. É a única categoria em que os textos opinativos constituem a maioria. Os textos informativos foram publicados pela *Veja*, *InfoMoney* e *O Globo*. Já os textos opinativos são de autoria da *Gazeta do Povo* (três textos), do portal *Terra* (um texto) e da *Folha de S. Paulo* (dois textos). Em relação ao período de publicação, *dois textos* foram divulgados em março (*Gazeta do Povo* e *Folha de S. Paulo*), *seis* em abril (*Terra*, *O Globo*, *InfoMoney*, *Veja* e dois da *Gazeta do Povo*) e *um* em maio (*Folha de S. Paulo*). Quanto à autoria, quatro textos são assinados por mulheres, quatro por homens e um foi escrito em coautoria por um homem e uma mulher.

As três colunas publicadas pela *Gazeta do Povo*, divulgam um conteúdo moralizante. Elas focam na necessidade de controle dos pais, centralidade da família e na educação moral como formas de evitar a violência entre adolescentes. Os textos não tratam de questões de gênero e quando abordam é como crítica à “visão ideológica” ou “cultura *woke*” — termos usados em alguns dos textos analisados.

O texto da jornalista espanhola Ana Zarzalejos Vicens, intitulado “O perigo de acreditar que ‘Adolescência’ é algo mais do que uma série de ficção”, traduzido e publicado pela *Gazeta do Povo*, defende que a leitura social da obra seria exagerada. A autora minimiza a relevância das discussões sobre misoginia, violência de gênero e machosfera e argumenta que a série *Adolescência* não poderia ser tomada como reflexo válido da realidade por se tratar de ficção. Em vez de considerar os elementos estruturais, o texto desloca a explicação para fatores estritamente familiares, reforçando a ideia de que a violência juvenil poderia ser prevenida essencialmente por lares estáveis, presença paterna e educação moral. Nesse sentido, associações complexas entre misoginia digital e violência são substituídas por um enquadramento simplificador que ignora a dimensão coletiva do problema.

O texto ainda atribui parte da crise das masculinidades ao “desprezo pelo masculino” e reforça uma retórica que responsabiliza o feminismo por tensões contemporâneas vividas por meninos e jovens. Essa perspectiva alinha-se ao discurso

anti-feminista e se mostra desconectada das evidências apresentadas pelas pesquisas citadas nas matérias mais aprofundadas deste corpus.

É verdade que os homens estão cada vez mais se refugiando na Internet. A série aponta a família, o bullying e a indiferença na escola como os culpados. E não está errado. Mas também tem muito a ver com o desprezo com que se fala do masculino; um discurso que, de forma sutil, a série não só não condena como reforça. (Gazeta do Povo, 2025)

Na coluna do jornalista Paulo Polzonoff Jr., também publicada pela Gazeta do Povo e intitulada “‘Adolescência’: como o olhar ideológico nos cega para o que importa”, o enfoque recai novamente sobre uma leitura moralizante e reducionista da série. O autor inicia o texto reproduzindo uma informação falsa ao afirmar que teria assistido à produção porque “ouvi dizer que era uma série woke que usava um menino branco e conservador (oi?) para interpretar um criminoso que na vida real era negro” (Gazeta do Povo, 2025). A afirmação evidencia não apenas uma distorção factual, mas também uma estratégia retórica que deslegitima previamente qualquer debate sobre gênero, raça ou violência estrutural.

Ao longo da coluna, Polzonoff sustenta seu argumento na centralidade da família e da moralidade, defendendo que, diante do “mundo perverso”, às vezes nada pode ser feito para impedir que adolescentes se aproximem da radicalização. Ele recorre a generalizações sobre a adolescência e a metáforas religiosas para reforçar sua visão moralizante. Um exemplo é o trecho em que compara a experiência juvenil à parábola do filho pródigo:

É justamente na adolescência que nossos filhos começam a interagir com mais liberdade com esse mundo que é fascinante, sem dúvida, mas também é cruel e perverso. A adolescência (você há de se lembrar da sua) é aquele momento em que os mistérios da vida lhe são revelados e você fica meio perdido. Sobretudo aqueles que não têm uma base moral e religiosa sólidas. Usando a Parábola do Filho Pródigo como referência, é quando você pede a herança para seu pai e vai “curtir” – até se ver disputando a lavagem com os porcos. (Gazeta do Povo, 2025)

Na *Folha de S. Paulo*, as colunas opinativas apresentam abordagens distintas. A primeira delas, escrita pelo filósofo e escritor Luiz Felipe Pondé e intitulada “‘Adolescência’ mostra que não sabemos o que se faz nas escolas e nas famílias”, segue o mesmo viés das publicações da *Gazeta do Povo*. Pondé critica o fato de que o debate público estaria centrando a série *Adolescência* como uma questão de gênero, argumentando que isso seria fruto de uma suposta “obsessão feminista”. Segundo ele:

Afirmar que todo menino é violento é um preconceito sagrado das feministas. No entanto, quanto mais se repetir com megafones que devemos torturar os meninos para saberem que são os únicos culpados do mundo ser como ele é —aqui vai um exemplo da nossa miséria, agora temos certeza de que sabemos o porquê do mundo ser como ele é—, mais revoltados eles ficarão.

Já o texto “O que há de nós, adultos, em atos monstruosos de adolescentes”, escrito pelo psicanalista Bruno Siniscalchi, aborda a educação e a relação entre pais e adolescentes por um viés psicanalítico. O autor discute misoginia e discursos de ódio na internet, articulando referências como Judith Butler para argumentar que normas rígidas de masculinidade produzem sofrimento também para meninos que falham em corresponder ao ideal de “homem de verdade”. Siniscalchi defende que as redes sociais funcionam como uma espécie de “cripta da cultura”, tornando visíveis traços violentos, misóginos e normativos que já existem na sociedade, em vez de criá-los isoladamente. Assim, ele desloca a explicação do crime para além da responsabilização exclusiva da família ou da escola, sugerindo que a série revela impasses culturais mais amplos que atravessam as instituições e moldam a experiência adolescente.

Nos textos informativos analisados nessa categoria, o foco está em alertar e orientar pais sobre como proteger seus filhos do extremismo online. Um exemplo é a reportagem do *O Globo*, “Guia: como proteger seu filho do extremismo online abordado na série 'Adolescência'”. A matéria discute a facilidade com que conteúdos misóginos e redpill chegam até meninos. As fontes entrevistadas — profissionais do direito e da psicologia — enfatizam a importância do diálogo contínuo entre pais e filhos, da observação de sinais de sofrimento emocional e do uso combinado de ferramentas digitais de controle parental. Segundo o texto, a prevenção passa pelo preparo dos jovens para o ambiente digital, incluindo conversas sobre temas sensíveis como sexualidade, consentimento, transtornos de imagem e violência.

A reportagem da *Veja*, “Pesquisa exclusiva: como problemas mostrados em ‘Adolescência’ angustiam famílias brasileiras”, segue a mesma linha de orientação parental, mas amplia o debate ao integrar dados de pesquisa e discutir o papel das plataformas digitais. O texto apresenta relatos de mães cujos filhos foram expostos a conteúdos da machosfera ou sofreram cyberbullying, reforçando que muitos pais desconhecem a extensão das interações online dos adolescentes. Além de abordar impactos emocionais e cognitivos — como isolamento, ansiedade e o efeito do uso contínuo de telas no amadurecimento neurológico —,

a matéria traz especialistas que defendem mudanças estruturais nas redes sociais. A reportagem também destaca a resistência das big techs a essas medidas e afirma que não há transparência suficiente para garantir que conteúdos tóxicos não sejam direcionados aos jovens. Segundo o texto, “a série Adolescência serviu para trazer o tema aos holofotes e às rodas de debate, estimulando pais a levar as aflições aos colégios” (Veja, 2025).

A partir da análise desse bloco, é possível inferir que o debate público sobre educação se apresenta como um campo de disputas discursivas — impulsionado, neste caso, pela recepção da série Adolescência. De um lado, parte da cobertura reduz a machosfera a uma problemática estritamente moral e familiar, sustentando que a prevenção da violência juvenil dependeria essencialmente da estabilidade do lar, da autoridade parental e da educação moral. De outro, há textos que ampliam o olhar para dimensões sociais, tecnológicas e culturais mais complexas, reconhecendo que a radicalização online envolve algoritmos, sofrimento psíquico, desigualdades de gênero e dinâmicas escolares e comunitárias.

Observo, ainda, que as colunas que escapam do viés moralizante — assim como os textos informativos — demonstram preocupação com a saúde mental dos adolescentes e com os efeitos das redes digitais em sua formação. Contudo, embora alguns materiais avancem para além da responsabilização individual e familiar ao incluir no debate o papel das plataformas digitais e das *big techs*, esses casos são minoritários no conjunto analisado. A maior parte das publicações segue concentrada na dimensão privada do problema, deixando em segundo plano as estruturas e condições que permitem a circulação e a amplificação dos discursos de ódio entre adolescentes.

5.3 Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas

O foco principal das matérias desta categoria temática é o uso das plataformas digitais por meninos, presente em um total de *quatro* textos do corpus. Duas delas foram produzidas e publicadas pela *BBC News Brasil*, uma pela *DW Brasil* e uma pela *Revista Fórum*. As matérias da *BBC News* foram publicadas no final de março e as da *DW Brasil* e *Revista Fórum* no início de abril. Neste grupo, duas reportagens são assinadas por homens (*BBC News* e *DW Brasil*), uma por mulher (*Revista Fórum*) e uma, também da *BBC News*,

não possui autoria identificada. De modo geral, as matérias abordam a relação entre a atuação de grupos masculinistas no ambiente online e a formação das masculinidades.

A primeira notícia analisada da *BBC News* (2025), cujo título é “*Adolescência: Crise nas escolas exige medida radical para ‘impedir que meninos machuquem meninas e a si mesmos’, diz criador da série*”, trata da produção audiovisual como pauta de discussão no Parlamento Britânico, mostrando os seus impactos no debate público e no contexto institucional. A notícia traz como fonte o roteirista da série *Adolescência* Jack Thorne que aborda em sua fala a problemática da comunidade *incel* e do uso das redes sociais. Ele explica como foi para desenvolver o personagem de Jamie, o que lhe exigiu entrar na comunidade *incel* por meio de fóruns e assim entender o uso das redes sociais pelos adolescentes. O trecho foca principalmente na opinião do roteirista sobre a série e as redes digitais: “Para Thorne, a questão de como regulamentar smartphones e redes sociais está prestes a se aproximar muito de sua realidade” (BBC News, 2025).

A segunda notícia publicada pela *BBC News Brasil* (2025), intitulada “*Adolescência: o estudo britânico que alerta sobre ‘meninos em crise’ e vulneráveis à radicalização online*”, tem como foco o processo de radicalização de adolescentes nas redes sociais e os impactos desse fenômeno na formação das masculinidades. O texto utiliza como fontes o ator e cocriador da série, Stephen Graham, e o educador Paul Clark, responsável pelo Projeto Masculinidade. A reportagem destaca que meninos buscam em mentores da internet modelos de comportamento e de masculinidade que lhes ofereçam sentido e direção, mas acabam expostos a conteúdos violentos e misóginos, que promovem a violência contra as mulheres. Além disso, o texto aponta que o acesso precoce à pornografia, segundo especialistas, “distorce percepções dos adolescentes sobre sexualidade, relacionamentos e consentimento” (BBC News, 2025). Como forma de enfrentamento, a matéria sugere a imposição de regras mais rígidas em torno do uso de dispositivos eletrônicos por adolescentes e crianças, ressaltando o papel mediador da família e da escola nesse processo.

O termo “masculinidade tóxica” é utilizado para se referir ao modelo de masculinidade hegemônica, o que colabora para estimular um aprendizado do público de que não há apenas um tipo de masculinidade ou uma única forma de ser homem. Menciona-se também o projeto Masculinidades, que promove workshops com alunos no Reino Unido para discutir comportamento masculino, bullying no ambiente virtual e saúde mental dos meninos,

indicando a existência de políticas públicas de enfrentamento do problema em outros países. Além disso, a notícia cita estudos do think tank Centro para Justiça Social, no Reino Unido, que identificam uma “crise da masculinidade” associada ao isolamento e à vulnerabilidade emocional dos meninos, e dados sobre a violência no Brasil, que indicam que eles são os que mais produzem, mas também os que mais sofrem com a violência. Tais aspectos mostram uma abordagem que trata de evidenciar a complexidade do problema, onde os meninos são vistos também como vítimas de um sistema e de uma cultura machista e individualista que produz isolamento e violência.

A reportagem da DW Brasil (2025), “Adolescência: como a internet molda a mente dos jovens”, aborda o uso excessivo de telas como um fator por trás do aumento de problemas de saúde física e mental em jovens. Segundo a reportagem, que traz como principais fontes especialistas em saúde mental e nutrição, a exposição a ideologias extremistas tem relação com o uso excessivo de telas e com a elevação na taxa de violência de gênero. Além disso, há um aumento no vício em pornografia, jogos e redes sociais entre adolescentes. O texto também alerta que o algoritmo pode favorecer o “efeito *Red Pill*”, “onde adolescentes absorvem, sem saber, narrativas nocivas e antifeministas que apoiam a supremacia masculina” (DW Brasil, 2025), e que esses conteúdos muitas vezes aparecem atrelados a outros aparentemente inofensivos, como vídeos de autoaperfeiçoamento ou condicionamento físico. A matéria menciona ainda iniciativas de regulação, como o projeto de lei sancionado no Brasil em janeiro de 2025, que limita o uso de celulares nas escolas, e medidas semelhantes na Austrália, onde foi proibido o acesso de menores de 16 anos às redes sociais. No entanto, os especialistas ouvidos ponderam que tais ações não atingem a raiz do problema e defendem que os adultos devem ajudar a fortalecer as defesas dos jovens contra os perigos do mundo virtual, por meio de diálogo e orientação contínua.

A última reportagem analisada neste bloco é da *Revista Fórum* (2025), intitulada “*Adolescência: levantamento mostra como TikTok alimenta misoginia entre brasileiros jovens*”. Essa foi a matéria com mais profundidade entre as analisadas no bloco. Ela aborda a influência das redes sociais — em especial a plataforma *TikTok* — na construção das identidades adolescentes e os impactos dos conteúdos misóginos no fortalecimento da cultura de ódio contra meninas e mulheres, que tem como consequência direta a violência de gênero. O texto se apoia em um levantamento realizado pelo Núcleo Jornalismo, em parceria com a Revista AzMina e o Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas

Plataformas Digitais, além de apresentar dados da OCDE e da própria plataforma *TikTok*. Também são ouvidas fontes especializadas em educação, que discutem os efeitos das redes sociais na formação de valores e comportamentos entre adolescentes e reforçam a importância da educação midiática como medida de enfrentamento. A reportagem mostra como o algoritmo do TikTok guia progressivamente os usuários para conteúdos de teor misógino, muitas vezes disfarçados de mensagens de autoajuda, pertencimento e motivação pessoal:

O levantamento do Núcleo e Azmina revela que grande parte dos criadores de conteúdo no TikTok que apareceu no feed de um dos perfis fictícios apresentava comparações entre homens e mulheres disfarçadas de mensagens motivacionais ou de autoajuda. Em vídeos com tom religioso, era comum ouvir que os meninos deveriam “cultivar virtudes” e “ser homens de valor” para conquistar uma “mulher de valor”, moldando a mente de meninos para o uso da força e da submissão contra meninas e mulheres para assim, “reforçar” a própria masculinidade. (Revista Fórum, 2025)

O texto também aborda o aspecto econômico da machosfera, mostrando como o discurso de ódio se transforma em uma indústria rentável, e denuncia a fragilidade das diretrizes de segurança da plataforma, que não restringem o acesso a esse tipo de conteúdo mesmo em perfis de menores de idade.

A partir da análise das quatro matérias classificadas na categoria *Uso de redes sociais por adolescentes*, concluo que todas elas associam o uso excessivo das redes ao processo de radicalização juvenil a partir do contato de jovens com conteúdos misóginos que proliferam no ambiente digital. O foco principal das matérias é o uso das plataformas digitais por meninos. Em todas, há menções a grupos da machosfera ou a “ideologias misóginas propagadas nas redes sociais”. As reportagens enfatizam, sobretudo, soluções que envolvem a família e a escola, como diálogo e orientação, embora algumas também abordam a necessidade de regulamentação das plataformas on-line e possíveis ações do Estado para mitigar os efeitos prejudiciais. Além disso, é recorrente a discussão sobre os impactos físicos e mentais do uso prolongado das telas e sobre o vício em pornografia. As matérias associam ainda o uso das redes sociais por adolescentes à perda de controle por parte dos pais e das instituições escolares, destacando a importância da educação midiática como estratégia para que jovens e adultos reconheçam o propósito das informações que consomem e desenvolvam habilidades de verificação e recepção crítica.

Nessa categoria, as explicações acerca da machosfera são superficiais. Quando citada diretamente, as matérias se limitam, em sua maioria, a reproduzir termos apresentados na série Adolescência — utilizada como ponto de partida para todas as discussões do *corpus* da pesquisa. Embora mencionem o discurso de ódio propagado como um fator que incita a violência contra a mulher, as reflexões não se aprofundam na análise estrutural do fenômeno. Em alguns textos, há referência ao lucro obtido por coaches de masculinidade que vendem a ideia de um “homem ideal”, frequentemente presente na machosfera, bem como à circulação de conteúdos misóginos disfarçados de autoajuda, difundidos por supostos “mentores” que prometem conduzir homens a esse lugar de masculinidade ideal (Ferreira, 2025). Além disso, as matérias apontam o papel dos algoritmos na propagação de conteúdos misóginos e extremistas, mas sem discutir de forma aprofundada a responsabilidade das plataformas digitais nesse processo. Em geral, prevalece um viés preventivo, centrado em estratégias de vigilância familiar e escolar, sem, contudo, explorar de forma aprofundada a necessidade de ações públicas — como a regulação das plataformas — capazes de enfrentar de forma mais eficaz o impacto social, político e estrutural da desinformação e da misoginia online.

Assim, a partir da análise do conjunto das três categorias temáticas, pode-se dizer que, embora a cobertura reconheça a machosfera como um fenômeno social que articula misoginia, disputas de masculinidade e dinâmicas próprias do ecossistema digital, o enquadramento predominante permanece ancorado na responsabilização individual. As matérias mencionam iniciativas de regulação e apontam para o papel das plataformas, mas essas referências funcionam mais como pano de fundo do que como eixo central de reflexão. As soluções mobilizadas concentram-se quase exclusivamente na família e na escola, reforçando a ideia de que o enfrentamento da machosfera depende sobretudo de orientação moral, vigilância parental e intervenções pedagógicas. Quando o Estado aparece, é de modo pontual e descritivo, limitado à citação superficial de medidas já adotadas, sem problematizar sua eficácia, alcance ou omissões. Deste modo, a cobertura reconhece a dimensão estrutural da misoginia digital, mas a reduz, no plano das soluções, a uma questão privada — o que enfraquece o potencial de fomentar um debate público robusto sobre políticas, condições sociotécnicas e desigualdades de gênero que sustentam o avanço da machosfera.

A categoria que teve maior enfoque no problema social foi o da *machosfera*, no qual diversas reportagens, a partir das fontes escolhidas para falar a respeito, apresentaram uma visão histórica e contextualizada do fenômeno. Os textos enfatizam que a machosfera

não se resume aos “perigos da internet”, mas constitui um fenômeno mais amplo, relacionado às masculinidades contemporâneas e a discursos que reforçam papéis de gênero rígidos. Outro ponto recorrente é a compreensão de que esse ecossistema online acolhe ressentimentos masculinos e os converte em fundamento para a misoginia, articulando pertencimento, vitimização e hostilidade contra mulheres. Essa dinâmica aparece associada também às dimensões de sofrimento mental dos homens que integram ou orbitam esses grupos, cujas vulnerabilidades emocionais são exploradas por lideranças e conteúdos da machosfera, contribuindo para a radicalização progressiva desses sujeitos.

A categoria temática sobre *educação* se destaca por reunir textos opinativos que negam ou minimizam a dimensão de gênero envolvida na radicalização juvenil — algo que não aparece com a mesma força nos demais blocos. Parte dessas colunas adota um viés moralizante que atribui o problema exclusivamente à esfera familiar, defendendo disciplina, autoridade parental e formação moral como respostas suficientes, muitas vezes recorrendo a argumentos preconceituosos ou *fake news*. Em contraposição, textos não moralizantes e colunas de psicologia reconhecem o fenômeno como social e discutem como expectativas rígidas de masculinidade geram sofrimento entre meninos e favorecem a adesão a discursos misóginos. Já os materiais informativos priorizam orientar pais sobre riscos digitais, mencionando de forma pontual o papel das plataformas. No conjunto, o bloco evidencia que o debate sobre educação se torna um espaço de disputa discursiva: enquanto uma parcela da cobertura reduz a atuação da machosfera a um problema cujo enfrentamento seria de ordem moral e privado, outra parte tenta ampliar o olhar para dimensões sociais, tecnológicas e de gênero mais complexas, embora essas perspectivas mais estruturais apareçam de maneira minoritária no corpus analisado.

Sobre o *uso de redes por adolescentes*, a categoria também discute o processo de radicalização online, mas adota como eixo principal o papel das plataformas digitais e o impacto do uso excessivo de telas na formação das masculinidades. As matérias exploram como a série estimulou debates institucionais e impulsionou políticas públicas em outros países, evidenciando a força do debate público em torno do tema. Os textos apontam que muitos meninos buscam na internet modelos de masculinidade oferecidos por influenciadores que funcionam como “mentores”, mas acabam entrando em contato com conteúdos misóginos, violentos ou que reforçam a chamada “masculinidade tóxica”. Algumas reportagens apresentam iniciativas de enfrentamento, como projetos educativos em escolas,

além de mencionar medidas regulatórias adotadas em diferentes países para limitar o acesso de menores às redes sociais. A importância da educação midiática também aparece como ponto de destaque, acompanhada da defesa de um papel mediador de famílias e escolas para fortalecer a capacidade crítica dos jovens diante dos conteúdos recomendados pelos algoritmos. Apesar disso, as explicações sobre a machosfera permanecem superficiais. Embora esta seja a categoria que mais aborda o papel dos algoritmos na amplificação de conteúdos misóginos, a responsabilização das plataformas digitais aparece pouco desenvolvida, prevalecendo um enquadramento preventivo centrado na família e na escola, em vez de uma análise mais aprofundada sobre a necessidade de políticas públicas e de regulação das plataformas digitais.

Com isso, é possível concluir que a cobertura jornalística da série *Adolescência* produziu conteúdos com potencial para estimular o debate público sobre a machosfera, a misoginia e a violência online contra as mulheres. Ainda que apresente limitações — sobretudo pela tendência à individualização do problema e pela pouca exploração de suas dimensões estruturais (a cultura machista e misógina que produz e reforça desigualdades de gênero) a recepção social-midiática da série impulsionou discussões em diferentes campos, como psicologia, educação, jornalismo e políticas públicas. O produto audiovisual também reverberou em instâncias institucionais internacionais e gerou reações diversas, que vão desde análises críticas e contextualizadas até leituras moralizantes que negam o recorte de gênero. Esse conjunto evidencia que a série funcionou como um catalisador para trazer a machosfera e as consequências de sua atuação à agenda pública, ainda que a imprensa nem sempre tenha aprofundado os elementos necessários para compreender plenamente a complexidade do fenômeno.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo, trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo, teve como principal propósito compreender o tratamento jornalístico da série *Adolescência* em mídias com circulação nacional, buscando identificar se e em que medida a cobertura da imprensa produziu conteúdos com potencial para estimular um debate público sobre o que é a machosfera e sobre o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres. A partir da análise do corpus de 23 matérias jornalísticas publicadas entre março e maio de 2025 em meios de comunicação jornalística com circulação nacional, identificando aspectos relevantes para pensar esta relação do jornalismo com o debate de um problema tão atual e com consequências tão significativas na vida de mulheres, meninas e da sociedade em geral, que é a atuação de grupos masculinistas na internet e redes digitais, propagando misoginia e violência com motivação de gênero.

Observo, entre os principais resultados, que parte da cobertura contextualizou a série ao discutir a misoginia digital e a radicalização de adolescentes pela machosfera, e que a maioria das matérias tratou o fenômeno como um problema social, associado a questões de gênero, vulnerabilidades emocionais e à saúde mental de meninos. Algumas matérias abordaram o papel dos algoritmos e apresentaram a machosfera como parte de um fenômeno mais amplo de disputas por modelos de masculinidade. Observo também que a cobertura produziu conteúdos com potencial para estimular o debate público sobre a machosfera e a misoginia digital, embora as explicações sobre o fenômeno tenham sido superficiais, conforme já destacado.

A partir do estudo do referencial teórico e da análise realizada, entendo que a cobertura deixa lacunas nas discussões sobre gênero e violência contra as mulheres e meninas. Conforme visto no capítulo “Gênero, violências contra as mulheres e masculinidades”, Joan Scott define que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Na cobertura, a questão de gênero e das relações de poder foi pouco pautada. Apesar disso, a maioria dos textos que abordaram questões de gênero — salvo os que se enquadraram em discursos moralistas — trazia a ideia de que a identidade de gênero é construída pelo processo de subjetivação, também defendida por Scott

(1995), e que mecanismos simbólicos atuam na subjetivação dos homens dentro da machosfera.

Sobre as violências contra as mulheres, a cobertura aborda casos como o massacre de Isla Vista — citado no capítulo “Machosfera e violência digital” — em que Elliot Rodger realizou um ataque motivado pelo discurso incel e pelo ressentimento contra a rejeição das mulheres (Oliveira; Silva, 2024). As matérias tratam dos discursos de ódio contra mulheres, porém poucas aprofundam essa dimensão. Uma possível reflexão extraída da cobertura é o papel dos *coaches*, especialmente os *pick-up artists*, na manutenção da ideia de que o poder sexual pertence ao homem (Sousa, 2017). Os discursos dessa parte da machosfera reforçam que o “não” feminino pode ser transformado em “sim” por meio da insistência e de jogos de conquista, subordinando a mulher ao desejo do homem — uma prática que dialoga diretamente com a cultura do estupro, o que demonstra a violência que atravessa a atuação desses grupos.

As masculinidades foram bastante mencionadas nas coberturas, ainda que muitas vezes tratadas de forma superficial. Diversas reportagens recorrem ao termo “masculinidade tóxica” para caracterizar comportamentos associados ao ideal hegemônico, incluindo a negligência em relação à saúde mental — também discutida por Connell e Messerschmidt (2013) como parte de uma negligência mais ampla com o cuidado de si. Outro ponto identificado é que grupos como os *incel* não performam a masculinidade hegemônica. A partir disso, é possível refletir sobre o papel da cumplicidade (Connell; Messerschmidt, 2013): apesar do ressentimento que expressam em relação aos homens que encarnam esse padrão, há uma admiração que sustenta a dominação hegemônica, já que esses grupos validam e almejam essa posição.

Também é possível concluir, a partir da análise e da classificação das dinâmicas de agendamento propostas por Lycarião e Sampaio (2016), que a pauta da série *Adolescência* se comporta como uma dinâmica factual de médio prazo com transformação em agendamento temático. Isso porque o lançamento da série funcionou como catalisador do debate, que foi posteriormente retomado pelo público nas redes sociais e por instituições, retornando aos meios de comunicação em outro formato. Esse movimento evidencia a retroalimentação entre mídia e debate público, mostrando o agendamento como um fenômeno não linear, mais

evidente ainda em um ecossistema midiático em que as redes sociais digitais ocupam uma centralidade nas interações cotidianas de indivíduos e entre eles e as instituições.

É necessário ainda refletir sobre a própria repercussão alcançada pela série. Se, por um lado ela colaborou para dar visibilidade ao problema da misoginia e violência contra mulheres no ambiente digital, por outro não se pode ignorar a própria lógica que pode ter impulsionado tamanha repercussão midiática. Afinal, empresas como a *Netflix* participam também do agendamento deste produto audiovisual e o que ele tematiza, através das assessorias de imprensa, um fator que não pode ser ignorado para pensar a forte repercussão da série. A publicidade, as assessorias de imprensa e o marketing atuam em conjunto para pautar a mídia, em um processo que influencia o debate público e movimenta a máquina do capital, gerando lucro para as grandes empresas — neste caso com o tema da misoginia e da violência de gênero.

Ainda entendo que a análise revela os atravessamentos dos valores sociais e culturais que orientam as práticas jornalísticas (Silva; França, 2017). Isso se torna especialmente evidente no bloco sobre educação, no qual emergem discursos polarizados e interpretações moralizantes que refletem disputas mais amplas no debate público contemporâneo, que são alimentadas e alimentam a (re)produção de valores na sociedade.

Respondendo à pergunta de pesquisa sobre o potencial da cobertura para estimular um debate sobre a machosfera, a misoginia e a violência que ela propaga contra as mulheres, os resultados indicam que a cobertura possui, sim, potencial para fomentar esse debate. A imprensa desempenhou um papel relevante ao trazer o tema para o conhecimento de amplos públicos, apresentar conceitos, contextualizar o fenômeno e estimular discussões em diferentes campos. Em alguns casos, chegou inclusive a influenciar políticas públicas em outros países, o que pode servir também, em termos potenciais, para inspirar a proposição de políticas no Brasil. No entanto, o potencial para estimular o debate público é limitado pelos enquadramentos que individualizam o problema, priorizam família e escola como únicas instâncias de prevenção e raramente exploram as dimensões estruturais, políticas e institucionais da machosfera. Assim, embora a série tenha impulsionado o debate e provocado repercussões amplas, a cobertura jornalística nem sempre aprofundou as camadas socioculturais e de poder necessárias para uma compreensão mais robusta do fenômeno.

Apesar de não ter sido o objetivo deste trabalho, algumas reflexões podem ser consideradas e talvez melhor exploradas em outros estudos. Uma delas é sobre os marcadores sociais, como raça, classe, deficiências, entre outros. Esses marcadores aparecem pouco explorados nas reportagens, que focam mais em soluções para um recorte de uma adolescência de classe média, que é o foco da própria narrativa da série. Esta pesquisa também não se debruçou sobre a autoria das reportagens, e os diferentes enquadramentos dados a partir da perspectiva de gênero dos/as autores/as. Acredito que esse seja um aspecto importante para ser analisado em pesquisas futuras.

O jornalismo permanece, portanto, com o desafio de sustentar um espaço crítico de diálogo e de explorar seu potencial emancipador (Genro Filho, 1987). Diante das limitações observadas na cobertura e das disputas de sentido que atravessam o debate público, entendo que cabe à prática jornalística não apenas pautar fenômenos como o da machosfera, mas aprofundá-los em suas dimensões estruturais. Resgato aqui a perspectiva crítica de Adelmo Genro Filho (1987), para quem o jornalismo, ao mesmo tempo em que reflete a ideologia dominante, também pode revelar as contradições do sistema, abrindo espaço para a crítica e para práticas desalienantes. Entendo que a narrativa construída pelo jornalismo impacta diretamente a percepção do público sobre os acontecimentos, ocupando uma posição central na mediação dos debates públicos contemporâneos, ainda que essa posição seja tensionada pelas dinâmicas das redes sociais e pelo próprio interesse *do* público — que é diferente, como vimos, de interesse público (Silva; França, 2017). Com isso, é importante que o jornalismo busque contribuir para a formação de uma cidadania ativa, capaz de reconhecer as estruturas de poder que atravessam a vida social e de enfrentar coletivamente fenômenos como a misoginia, que se reconfigura continuamente no ambiente digital.

Com esta pesquisa, espero contribuir para ampliar o conhecimento sobre o modo como o jornalismo no Brasil tem abordado o tema da machosfera e dos problemas a ela relacionados, como a propagação da misoginia e da violência online contra mulheres e outros grupos vulnerabilizados. Ainda que a temática venha sendo relativamente estudada em outros países e no Brasil nos últimos anos, são escassas ainda as investigações que problematizam a relação do jornalismo com a atuação desses grupos masculinistas (Silva, Nascimento e Bertasso, 2024). Se sua atuação já deixou há tempos o submundo da internet, ganhou o espaço visível da web e das redes digitais — e se suas práticas têm provocado violências de gênero

como as tratadas em produções audiovisuais como a série *Adolescência*, mas também no mundo concreto de ataques que proliferam nas redes contra mulheres—, é urgente que o jornalismo aborde mais e com maior aprofundamento o tema em suas coberturas. Novas pesquisas, portanto, também são necessárias para continuar analisando a cobertura sobre o tema e discutindo o papel do jornalismo na formação crítica do público visando a prevenção e enfrentamento das violências com motivação de gênero.

REFERÊNCIAS

ADOLESCÊNCIA. Direção: Philip Barantini. Criação e roteiro: Jack Thorne; Stephen Graham. Reino Unido: Netflix, 2025. 1 minissérie, son., color.

AGÊNCIA PÚBLICA. 'Adolescência', incels, redpills: a produção de odiadores de mulheres na internet abr 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/04/adolescencia-incels-redpills-a-producao-de-odiadores-de-mulheres-na-internet/>. Acesso em: out 2025.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449–469, maio/ago 2014.

BBC BRASIL. 'Adolescência': como surgiu a sinistra 'machosfera' retratada pela série. mar 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl0lxnrlezo>. Acesso em: out 2025.

BBC BRASIL. 'Adolescência': Crise nas escolas exige medida radical para 'impedir que meninos machuquem meninas e a si mesmos', diz criador da série. mar 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce98evxv537o>. Acesso em: out 2025.

BBC BRASIL. Quem são os incels, o movimento sombrio retratado na aclamada série 'Adolescência'. abr 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy415np5qe8o>. Acesso em: out 2025.

BBC BRASIL. 'Adolescência': o estudo britânico que alerta sobre 'meninos em crise' e vulneráveis à radicalização online. abr 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj68264j1go>. Acesso em: out 2025.

BERNARDO, André. 'Quem ama não mata': o feminicídio de 1976 que ajudou a mudar a Justiça brasileira. BBC News Brasil, set 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9n3eg3q4jo>. Acesso em: 29 set 2025.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução: Maria Helena Kühner. 22. ed. São Paulo: Difel, 1998.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985. Institui o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17353.htm. Acesso em: 7 out 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico, v. 55, n. 4, 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos>. Acesso em: 1 out 2025.

BRASIL. Senado Federal. Observatório da Mulher contra a Violência. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher – 2025. Brasília, DF: Senado Federal, 2025. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/info_pes_-violencia-contra-a-mulher_2025_digital.pdf. Acesso em: dez 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/ev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 7 out 2025.

CARSON, Alejandro Cervantes. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. Cadernos Pagu, n. 4, p. 187–218, 1995.

CNN BRASIL. Criador de “Adolescência” fala sobre a série: “Explorei cantos obscuros”. abr 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/criador-de-adolescencia-fala-sobre-a-serie-explorei-cantos-obscuros/>. Acesso em: out 2025.

CONNELL, R. W. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. “Incel”, “redpill” e mais, entenda os termos usados na série Adolescência. mar 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/incele-redpill-e-mais-entenda-os-termos-usados-na-serie-adolescencia/>. Acesso em: out 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Incels, redpills: 'Adolescência' retrata risco da radicalização na internet. mar 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2025/03/7096104-incels-redpills-adolescencia-retrata-risco-da-radicalizacao-na-internet.html>. Acesso em: out 2025.

DAULT, Rafael. Representações no universo Red Pill e MGTOW. In: INTERCOM SUL 2024, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Intercom, 2024.

DW. "Adolescência": como a internet molda a mente dos jovens. mar 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/adolesc%C3%Aancia-como-a-internet-molda-a-mente-dos-jovens/a-72166068>. Acesso em: out 2025.

DW. "Adolescência", da Netflix, aborda masculinidade em crise. mar 2025. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/adolesc%C3%Aancia-s%C3%A9rie-da-netflix-aborda-masculinidade-em-crise/a-72108927>. Acesso em: out 2025.

FERREIRA, Verónica. Machismos virtuais: discursos masculinistas em canais Red Pill brasileiros de YouTube. *Revista Ex Æquo*, n. 51, p. 12–29, 2025.

FOLHA DE S.PAULO. 'Adolescência' mostra que não sabemos o que se faz nas escolas e nas famílias. mar 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2025/03/adolescencia-mostra-que-nao-sabemos-o-que-se-faz-nas-escolas-e-nas-familias.shtml>. Acesso em: out 2025.

FOLHA DE S.PAULO. O feminismo não errou — a masculinidade, sim. mar 2025. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/x-de-sexo/2025/03/o-feminismo-nao-errou-a-masculinidade-sim.shtml>. Acesso em: out 2025.

FOLHA DE S.PAULO. O que há de nós, adultos, em atos monstruosos de adolescentes?. maio 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/05/o-que-ha-de-nos-adultos-em-atos-monstruosos-de-adolescentes.shtml>. Acesso em: out 2025.

G1. “Adolescência”: termos incel e cultura de ódio. mar 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/03/26/adolescencia-terminos-incel-cultura-odio.ghtml>. Acesso em: out 2025.

GAZETA DO POVO. “Adolescência”: como o olhar ideológico nos cega para o que importa. mar 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/polzonoff/adolescencia-netflix/>. Acesso em: out 2025.

GAZETA DO POVO. O perigo de acreditar que “Adolescência” é algo mais do que uma série de ficção. mar 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/adolescencia-netflix-serie-ficcao/>. Acesso em: out 2025.

GAZETA DO POVO. O que podemos aprender com a série “Adolescência”. abr 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/samia-marsili/o-que-podemos-aprender-com-serie-adolescencia/>. Acesso em: out 2025.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GROSSI, Miriam. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades. In: _____. *Masculinidades*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 7–34.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Quem é Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 8 out 2025.

INFOMONEY. Já viu “Adolescência”? Saiba quais alertas de saúde mental a série mostra. abr 2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/saude/ja-viu-adolescencia-saiba-quais-alertas-de-saude-mental-que-a-serie-mostra/>. Acesso em: out 2025.

LOURO, Guacira. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), p. 17–23, maio/ago 2008.

LYCARIÃO, Diógenes; SAMPAIO, Rafael. A construção da agenda pública na era da comunicação digital. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 32–57, 2016.

O GLOBO. Guia: como proteger seu filho do extremismo on-line abordado na série “Adolescência”. abr 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/04/06/guia-como-protoger-seu-filho-do-extremismo-on-line-abordado-na-serie-adolescencia.ghtml>. Acesso em: out 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina; SILVA, Inês. Misoginia online: a construção do inimigo feminino na machosfera brasileira. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 1–26, jan/jun 2024.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116–150.

REVISTA FÓRUM. “Adolescência”: levantamento mostra como TikTok alimenta misoginia entre brasileiros jovens. abr 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/ciencia-e-tecnologia/2025/4/4/adolescencia-levantamento-mostra-como-tiktok-alimenta-misoginia-entre-brasileiros-jovens-176869.html>. Acesso em: out 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul/dez 1995.

SILVA, Matheus. Conhecido como “Calvo da Campari”, coach que viralizou por falas misóginas ameaça atriz de morte. *Estadão*, out 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/conhecido-como-calvo-da-campari-coach-que-viralizou-por-fal-as-misoginas-ameaca-atriz-de-morte/>. Acesso em: 17 out 2025.

SILVA, Terezinha. Acontecimento e problemas públicos: elementos para uma crítica da cobertura jornalística. *Revista Rumores*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 83–104, jan/jun 2018.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. *Revista E-Compós*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 1–23, set/dez 2017.

SILVA, Terezinha; NORBERTO, Márcio; CONCHA, Wagner. Os agressores retratados pela cobertura jornalística de feminicídios. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 13*, 2024, Florianópolis.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9–29, jan/abr 2017.

TERRA. “Adolescência”: quem educa na era digital? Série propõe reflexão sobre pais, escolas e redes. abr 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/adolescencia-quem-educa-na-era-digital-serie-propoe-reflexao-sobre-o-papel-de-pais-escolas-e-redes.0c8d2ba612ecd297619b10c41f87e284b94gaucg.html>. Acesso em: out 2025.

THE MATRIX. Direção: Lana Wachowski; Lilly Wachowski. Produção: Joel Silver. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 1999. 1 filme (136 min), son., color.

VEJA. “Adolescência”: como a psicologia explica os incels. mar 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/adolescencia-como-a-psicologia-explica-os-incels/>. Acesso em: out 2025.

VEJA. Pesquisa exclusiva: como problemas mostrados em “Adolescência” angustiam famílias brasileiras. mar 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/pesquisa-exclusiva-como-problemas-mostrados-em-adolescencia-angustiam-familias-brasileiras/>. Acesso em: out 2025.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO

| Título | Veículo | Data | Autoria/ área | Gênero jornalístico | Discussão | Ênfase temática |
|---|---------------------------------|------------|--|--------------------------------|-------------|--|
| Pesquisa exclusiva: como problemas mostrados em ‘Adolescência’ angustiam famílias brasileiras | Veja | abr./ 2025 | Ricardo Ferraz e Duda Monteiro de Barros/ jornalista | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| “Adolescência”: a socialização dos jovens e o ódio contra as mulheres | Le Monde Diplomatique Brasil | abr./ 2025 | Bruna Camilo e Camila Galetti/ sociólogas | Opinativo/ especialista | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| “Adolescência”: levantamento mostra como TikTok alimenta misoginia entre brasileiros jovens | Revista Fórum | abr./ 2025 | Alice Andersen/ jornalista | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas |
| “Incel”, “redpill” e mais, entenda os termos usados na série Adolescência | Correio Braziliense | abr./ 2025 | Redação C. B. Radar/ jornalista | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| Adolescência: como a psicologia explica os Incels? | Veja | mai./ 2025 | Felipe Novaes (Revista Questão de Ciência)/ psicólogo e professor | Opinativo/ especialista | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| Incels, redpills e mais 10: os termos da série ‘Adolescência’ sobre a cultura | G1 | mar./ 2025 | Luiza Tenente | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |

| | | | | | | |
|---|---------------------|-----------|----------------------------------|----------------------------|----------------------|--|
| de ódio a mulheres | | | | | | |
| Incels, redpills: 'Adolescência' retrata risco da radicalização na internet | Correio Braziliense | mar./2025 | Aline Gouveia | Informativo/interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| 'Adolescência': como surgiu a sinistra 'machosfera' retratada pela série | BBC | mar./2025 | Jacqui Wakefield | Informativo/interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| O que podemos aprender com "Adolescência" | Gazeta do Povo | abr./2025 | Samia Marsili/médica e escritora | Opinativo/especialista | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| "Adolescência": como a internet molda a mente dos jovens | DW | abr./2025 | Fred Schwaller | Informativo/interpretativo | Aprofundada | Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas |
| 'Adolescência': Crise nas escolas exige medida radical para 'impedir que meninos machuquem meninas e a si mesmos', diz criador da série | BBC | mar./2025 | Ian Youngs/jornalista | Informativo/interpretativo | Aprofundada | Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas |
| O perigo de acreditar que "Adolescência" é algo mais do que uma série de ficção | Gazeta do Povo | abr./2025 | Ana Zarzalejos Vicens/jornalista | Opinativo/jornalista | Superficial/Polêmica | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| "Adolescência", da Netflix, aborda masculinidade em crise | DW | abr./2025 | Djamília Prange de Oliveira | Informativo/interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| "Adolescência": como o | Gazeta do Povo | mar./2025 | Paulo Polzonoff | Opinativo/jornalista | Superficial/Polêmica | Educação: ênfase moralizante e |

| | | | | | | |
|--|-------------------|------------|--|--|-----------------------|--|
| olhar ideológico nos cega para o que importa | | | Jr./ jornalista | | | restrita à dimensão individual ou familiar |
| O feminismo não errou; a masculinidade, sim | Folha de S. Paulo | mar./ 2025 | Bruna Maia/ jornalista | Opinativo/ jornalista | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| Já viu 'Adolescência'? Saiba quais alertas à saúde mental que a série mostra | InfoMoney | abr./ 2025 | Jamille Niero | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| Quem são os incels, o movimento sombrio retratado na aclamada série 'Adolescência' | BBC | mar./ 2025 | Redação BBC | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| Adolescência': o estudo britânico que alerta sobre 'meninos em crise' e vulneráveis à radicalização online | BBC | mar./ 2025 | Redação BBC | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Uso de redes sociais por adolescentes: radicalização e silenciamento sobre o papel das plataformas |
| Adolescência' mostra que não sabemos o que se faz nas escolas e nas famílias | Folha de S. Paulo | mar./ 2025 | Luiz Felipe Pondé/ escritor e filósofo | Opinativo/ especialista | Superficial/ Polêmica | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| Adolescência', incels, redpills: a produção de odiadores de mulheres na internet | A Pública | abr./ 2025 | Amanda Audi | Informativo/ interpretativo (Entrevista) | Aprofundada | Machosfera: problema social, relações de poder e desigualdades de gênero |
| Guia: como proteger seu filho do extremismo on-line | O Globo | abr./ 2025 | Bruno Alfano | Informativo/ interpretativo | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |

| | | | | | | |
|--|-------------------|-----------|-------------------------------|------------------------|-------------|---|
| abordado na série 'Adolescência' | | | | | | |
| Adolescência': quem educa na era digital? Série propõe reflexão sobre o papel de pais, escolas e redes | Terra | abr./2025 | Blenda Oliveira/psicóloga | Opinativo/especialista | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |
| O que há de nós, adultos, em atos monstruosos de adolescentes | Folha de S. Paulo | mai./2025 | Bruno Siniscalch/psicanalista | Opinativo/especialista | Aprofundada | Educação: ênfase moralizante e restrita à dimensão individual ou familiar |

APÊNDICE B – CORPUS DA PESQUISA

| Título | Link | Veículo | Data |
|--|---|--------------------------------|-----------|
| Pesquisa exclusiva: como problemas mostrados em 'Adolescência' angustiam famílias brasileiras | https://veja.abril.com.br/comportamento/pesquisa-exclusiva-como-problemas-mostrados-em-adolescencia-angustiam-familias-brasileiras/ | Veja | abr./2025 |
| “Adolescência”: a socialização dos jovens e o ódio contra as mulheres | https://diplomatique.org.br/adolescencia-a-socializacao-dos-jovens-e-o-odio-contra-as-mulheres/ | Le Monde Diplomatique e Brasil | abr./2025 |
| “Adolescência”: levantamento mostra como TikTok alimenta misoginia entre brasileiros jovens | https://revistaforum.com.br/ciencia-e-tecnologia/2025/4/4/adolescencia-levantamento-mostra-como-tiktok-alimenta-misoginia-entre-brasileiros-jovens-176869.html | Revista Fórum | abr./2025 |
| “Incel”, “redpill” e mais, entenda os termos usados na série Adolescência | https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/incel-redpill-e-mais-entenda-os-terminos-usados-na-serie-adolescencia/ | Correio Braziliense | abr./2025 |
| Adolescência: como a psicologia explica os Incels? | https://veja.abril.com.br/saude/adolescencia-como-a-psicologia-explica-os-incels/ | Veja | mai./2025 |
| Incels, redpills e mais 10: os termos da série 'Adolescência' sobre a cultura de ódio a mulheres | https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/03/26/adolescencia-terminos-incel-cultura-odio.ghtml | G1 | mar./2025 |
| Incels, redpills: 'Adolescência' retrata risco da radicalização na internet | https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-art/2025/03/7096104-incels-redpills-adolescencia-retrata-risco-da-radicalizacao-na-internet.html | Correio Braziliense | mar./2025 |
| Adolescência': como surgiu a sinistra 'machosfera' retratada pela série | https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl0lxnrlezo | BBC | mar./2025 |
| O que podemos aprender com “Adolescência” | https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/samia-marsili/o-que-podemos-aprender-com-serie-adolescencia/ | Gazeta do Povo | abr./2025 |

| | | | |
|--|---|-------------------|-----------|
| "Adolescência": como a internet molda a mente dos jovens | https://www.dw.com/pt-br/adolesc%C3%Aancia-como-a-internet-molda-a-mente-dos-jovens/a-72166068 | DW | abr./2025 |
| Adolescência': Crise nas escolas exige medida radical para 'impedir que meninos machuquem meninas e a si mesmos', diz criador da série | https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce98evxy537o | BBC | mar./2025 |
| O perigo de acreditar que "Adolescência" é algo mais do que uma série de ficção | https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/adolescencia-netflix-serie-ficcao/ | Gazeta do Povo | abr./2025 |
| "Adolescência", da Netflix, aborda masculinidade em crise | https://www.dw.com/pt-br/adolesc%C3%Aancia-s%C3%A9rie-da-netflix-aborda-masculinidade-em-crise/a-72108927 | DW | abr./2025 |
| "Adolescência": como o olhar ideológico nos cega para o que importa | https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/polzonoff/adolescencia-netflix/ | Gazeta do Povo | mar./2025 |
| O feminismo não errou; a masculinidade, sim | https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/x-de-sexo/2025/03/o-feminismo-nao-errou-a-masculinidade-sim.shtml | Folha de S. Paulo | mar./2025 |
| Já viu 'Adolescência'? Saiba quais alertas à saúde mental que a série mostra | https://www.infomoney.com.br/saude/ja-viu-adolescencia-saiba-quais-alertas-de-saude-mental-que-a-serie-mostra/ | InfoMoney | abr./2025 |
| Quem são os incels, o movimento sombrio retratado na aclamada série 'Adolescência' | https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy415np5qe8o | BBC | mar./2025 |
| Adolescência': o estudo britânico que alerta sobre 'meninos em crise' e vulneráveis à radicalização online | https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj68264jj1go | BBC | mar./2025 |
| Adolescência' mostra que não sabemos o que se faz nas escolas e nas famílias | https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2025/03/adolescencia-mostra-que-nao-sabemos-o-que-se-faz-nas-escolas-e-nas-familias.shtml | Folha de S. Paulo | mar./2025 |
| Adolescência', incels, redpills: a produção de odiadores de mulheres na internet | https://apublica.org/2025/04/adolescencia-incels-redpills-a-producao-de-odiadores-de-mulheres-na-internet/ | A Pública | abr./2025 |

| | | | |
|---|--|--------------------------|------------------|
| <p>Guia: como proteger seu filho do extremismo on-line abordado na série 'Adolescência'</p> | <p>https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/04/06/guia-como-protoger-seu-filho-do-extremismo-on-line-abordado-na-serie-adolescencia.ghtml</p> | <p>O Globo</p> | <p>abr./2025</p> |
| <p>Adolescência': quem educa na era digital? Série propõe reflexão sobre o papel de pais, escolas e redes</p> | <p>https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/adolescencia-quem-educa-na-era-digital-serie-propoe-reflexao-sobre-o-papel-de-pais-escolas-e-redes.0c8d2ba612ecd297619b10c41f87e284b94gaucg.html</p> | <p>Terra</p> | <p>abr./2025</p> |
| <p>O que há de nós, adultos, em atos monstruosos de adolescentes</p> | <p>https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/05/o-que-ha-de-nos-adultos-em-atos-monstruosos-de-adolescentes.shtml</p> | <p>Folha de S. Paulo</p> | <p>mai./2025</p> |

ANEXO

ANEXO A – FICHA DE TCC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO**

| | | |
|-------------------------------------|---|---|
| FICHA DO TCC | Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC | |
| ANO | 2025.2 | |
| ESTUDANTE/S | Beatriz dos Santos Figueiredo | |
| TÍTULO | A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência | |
| ORIENTADOR/A | Maria Terezinha da Silva | |
| MODALIDADE | | Prática editorial jornalística |
| | | Prática de projetos comunicacionais e jornalísticos |
| | X | Prática de pesquisa |
| FORMATO | | Impresso (grande reportagem/livro/revista/jornal) |
| | | Áudio/Rádio |
| | | Vídeo/ TV |
| | | Foto |
| | | Multimídia |
| Local de apuração | | Florianópolis |
| | | Santa Catarina |
| | X | Brasil |
| | | Internacional / País: _____ |
| PRODUTO JORNALÍSTICO INTEIRO | Sim | |
| | Não | |

| | |
|---------------|---|
| RESUMO | <p>O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a cobertura jornalística da série Adolescência, lançada em março de 2025 e que teve ampla repercussão social e midiática ao retratar a história de um garoto de 13 anos preso pelo assassinato de uma colega de classe. O principal objetivo é compreender o tratamento jornalístico da série Adolescência em mídias com circulação nacional, buscando mais especificamente identificar se e em que medida a cobertura produziu conteúdos com potencial para estimular um debate público sobre o que é a machosfera e sobre o problema da misoginia e da violência online contra as mulheres. A pesquisa fundamenta-se em discussões sobre gênero, violência contra mulheres e o fenômeno da machosfera, ecossistema on-line composto por comunidades masculinistas que propagam misoginia e discursos de ódio contra mulheres e outros grupos vulnerabilizados. O corpus da pesquisa é composto por 23 matérias jornalísticas publicadas entre março e maio de 2025 em meios de comunicação jornalística com circulação nacional, selecionadas via Google Notícias a partir do termo “série Adolescência”. Entre os principais resultados, observou-se que parte da cobertura contextualizou a série ao discutir a misoginia digital e a radicalização de adolescentes pela machosfera, e que a maioria das matérias tratou o fenômeno como um problema social, associado a questões de gênero, vulnerabilidades emocionais e à saúde mental de meninos. Algumas matérias abordaram o papel dos algoritmos e apresentaram a machosfera como parte de um ecossistema mais amplo de disputas por modelos de masculinidade. A análise revela que a cobertura produziu conteúdos com potencial para estimular o debate público sobre a machosfera e a misoginia digital, embora as explicações sobre o fenômeno tenham sido superficiais.</p> |
|---------------|---|

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE**DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE**

Eu, Beatriz dos Santos Figueiredo, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrícula 21203505, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**A cobertura jornalística do tema da machosfera a partir da série Adolescência**” é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 8 de dezembro de 2025

Insira neste espaço
a assinatura

Beatriz dos Santos Figueiredo

125.527.899-43